

Governo promete subir mais em 20 dias

Caminhoneiros fazem greve nacional contra alta abusiva do diesel

Dolarização é política perversa que encarece gás, diesel, alimentos...

Os caminhoneiros autônomos iniciaram na segunda-feira protestos e paralisações em várias estradas do país pela redução do preço do diesel, o cumprimento do piso mínimo do frete e a volta da aposentadoria especial para a categoria. Como as lideran-

ças do movimento haviam estabelecido, até o momento, o movimento acontece sem o bloqueio das estradas. Na avaliação do presidente da CNTTL - uma das entidades que lidera o movimento - Carlos Alberto Litti Dahmer, a paralisação teve a adesão de 90% dos autônomos. **Página 5**

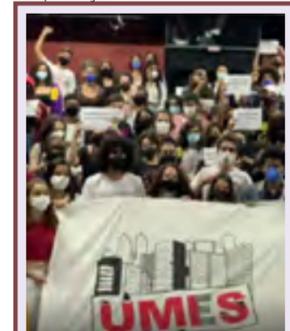
Twitter - Reprodução



HORA DO POVO
ANO XXXII - Nº 3.830 3 a 9 de Novembro de 2021



Reprodução



“Vamos vencer Bolsonaro nas ruas e nas urnas”, convoca plenária estudantil em SP

A União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES) realizou no sábado (30) a Plenária de Grêmios da entidade para reforçar a mobilização pelos atos Fora Bolsonaro, reunindo lideranças de toda a cidade. Os estudantes debateram ainda a campanha de alistamento eleitoral e a luta em defesa da meia-entrada. **Pág. 4**

1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Bolsonaro recoloca Brasil como campeão mundial de juros altos

AFP



O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu na quarta-feira (27) elevar em 1,5 ponto percentual a taxa básica de juros (Selic), que passou de 6,25% para 7,75% ao ano. Assim, Bolsonaro recoloca o Brasil na vexatória posição de campeão mundial de juros reais (descontada a inflação). Foi a

maior alta desde dezembro de 2002. Segundo o site MoneYou e Infinity Asset Management, o juro real brasileiro está agora em +5,96% ao ano. A média de 40 países considerados na pesquisa está negativa em -0,96%. O Brasil passou a ter a maior taxa de juros do mundo a partir de 2005, com curtos períodos sem a triste marca. **Página 2**

“Mito” mente no G20, esconde sabotagem que fez à saúde, à economia e ataca a Petrobrás

Jair Bolsonaro foi à reunião do G20 e mentiu para as lideranças dos demais países dizendo que seu governo impulsionou a vacinação no Brasil e que o país está crescendo econo-

micamente, mesmo que tenha sabotado a vacinação e causado uma violenta crise econômica. Além disso, atacou a Petrobrás e disse que contava com um forte apoio popular. **Pág. 3**

Inflação para a faixa mais pobre explode e renda familiar desaba

Na pandemia, o desemprego quase que dobrou e a inflação dos mais pobres disparou a quase 40%. Especialistas alertam que, até que os preços dos alimentos caiam, a população

de baixa renda poderá empobrecer ainda mais. Nos últimos 12 meses, a renda real familiar per capita do trabalho na metade mais pobre despencou 18%, segundo a FGV Social. **Pág. 2**

PIB do Brasil fica na lanterna do G-20 em 2022, segundo FMI

A reunião da cúpula integrada pelos 19 países mais ricos do mundo mais a União Europeia aconteceu no final de semana, na Itália. O Brasil faz parte do grupo, mas perde posição à

médica que o governo afunda o país no buraco da estagnação e do desemprego. Na previsão do FMI para 2020, o Brasil ficará em último do grupo em crescimento do PIB. **Página 2**

PIB da China cresce em 3 trimestres a taxa de 9,8%

Pág. 7

Governo sufoca refinarias em prol de estrangeiros

A cena da entrevista coletiva de Bolsonaro e Guedes na sexta-feira (22) é de delírio puro. O país está à beira do caos e os dois lunáticos dizem que está tudo um “espetáculo”. A explosão de preços, tanto de combustíveis quanto de alimentos, agrava sobremaneira o já insustentável drama social. E o que Bolsonaro diz é que a gasolina e o diesel vão continuar a subir e que a solução é colocar os caminhoneiros na bolsa família.

Os caminhoneiros, que abastecem o país inteiro, já disseram que o caminho não é este. O que categoria defende é que o preço do diesel seja justo e não abusivo como é hoje. O que Bolsonaro anunciou como “ajuda”, um bônus de R\$ 400, na opinião dos caminhoneiros que preparavam a greve do dia 1 de novembro, não resolve o problema. “Dá para 100 litros de diesel, não enche um tanque”, apontam as entidades que os representam.

Os preços estão explodindo porque o governo insiste em mantê-los dolarizados. Isto beneficia os grandes grupos econômicos e arrocha a população. Acontece isto com os alimentos e com os combustíveis. Com os preços atrelados ao dólar, o exportador de carne, por exemplo, não aceita vender seus produtos no mercado interno em real. Ele cobra em dólar ou prefere exportar. O governo não faz nada e a carne muito cara acaba sumindo da mesa dos brasileiros.

Com os combustíveis é mais escandaloso ainda, porque o custo de produção da Petrobrás é baixo e ela tem plenas condições de atender ao mercado interno com preços menores. Ela poderia vender mais barato, mas é obrigada, pelo governo, a cobrar em dólar. O resultado é que os preços da gasolina e do diesel não param de subir. E o pior, as petroleiras que exploram o nosso petróleo exportam o produto bruto e não pagam um tostão de imposto.

EXPORTADORES NÃO PAGAM IMPOSTOS

É o que explica o ex-consultor legislativo, Paulo Cesar Lima, ex-engenheiro da Petrobrás e especialista em energia. “O Brasil é grande produtor de petróleo e, no passado, a Petrobrás construiu um importante parque de refino. Na província petrolífera do Pré-Sal estão os poços mais produtivos do mundo e os maiores campos em águas ultraprofundas. Com isso, a rentabilidade no Pré-Sal é altíssima. Apesar disso, empresas petrolíferas, como a Shell Brasil Ltda, sequer pagam imposto de renda, em razão da Lei nº 13.586/2017 (“MP do Trilhão”), e exportam sua produção com total isenção de tributos”, disse ele. “No caso do campo de Búzios, operado pela Petrobrás e maior campo do mundo em águas ultraprofundas, sequer há o pagamento de participação especial, o que gera uma rentabilidade altíssima para a estatal ao exportar petróleo produzido nesse campo. O importante pagamento de participação especial não foi previsto na Lei nº 12.276/2010, que introduziu o regime de cessão onerosa em cinco campos do Pré-Sal”.

Na opinião de Paulo Cesar Lima deveria haver a cobrança de impostos de exportação para fortalecer a produção interna de derivados. “Os investimentos na produção de petróleo são altos, mas os investimentos em refino são baixíssimos, o que torna o Brasil importador líquido de derivados de petróleo. Se houver pagamento de imposto de exportação do petróleo bruto, haverá investimentos em refino e o Brasil será autossuficiente em todos os derivados, daí a necessidade de discutir, aperfeiçoar e aprovar o Projeto de Lei – PL nº 750/2021, de autoria do Deputado Federal Nereu Crispim”, defende o engenheiro.

CONSUMIDOR PODE PAGAR MENOS

O ex-engenheiro da Petrobrás destaca que “além de gerar investimentos em refino, o projeto do deputado Crispim pode gerar recursos orçamentários para a redução de tributos pagos pelo consumidor na compra de gasolina, do diesel e do gás de cozinha”. “Esses recursos também podem ser utilizados para, transitoriamente, custear as despesas de importação de derivados. Atualmente, a sociedade brasileira, que é a proprietária dos recursos petrolíferos, paga elevados preços vinculados ao dólar como se os combustíveis fossem todos importados. Na verdade, a importação é pequena e pode ser eliminada com a tributação da exportação de petróleo bruto”, afirmou.

Paulo Cesar lembra que “a Administração da Petrobrás, no entanto, decidiu cobrar como se todos os derivados fossem importados, mesmo sendo produzidos no Brasil; é o chamado preço de paridade de importação – PPI”. “Mas o País pode ter preços dos combustíveis mais baixos e mais estáveis. Para isso, é necessária a constituição de um fundo para estabilização e redução dos preços ao consumidor”.

Para Paulo Cesar, há solução para o impasse vivido no Brasil. “A fonte orçamentária para permitir a transferência de recursos para esse fundo pode ser o imposto de exportação de petróleo bruto”, argumenta. “Esse tributo seria cobrado apenas quando o preço do petróleo for alto e quando os lucros nessa exportação forem altíssimos”, salientou. “É importante registrar, contudo, prosseguiu Lima, “que os recursos desse fundo não são para o governo; eles retornam para as próprias empresas ou para os consumidores. Desse modo, não há aumento da carga tributária”.

Em sua opinião, o projeto que está sendo discutido no parlamento é um caminho para aumentar a produção de derivados no Brasil. “Aprovado o PL nº 750/2021, haverá investimentos em refino, garantia de abastecimento de combustíveis, preço justo e geração de empregos no Brasil”.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

SUCURSALIS:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Inflação para os pobres explode em 40% e o desemprego dobra



Foto: Reprodução/Ceagesp

Moradores em fila para receber doação de alimentos no Ceagesp em SP

Bolsonaro recoloca o Brasil na vexatória posição de campeão mundial de juro alto

Taxa básica de juros da economia (Selic) passa de 6,25% para 7,75%

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu nesta quarta-feira (27) elevar em 1,5 ponto percentual a taxa básica de juros (Selic), que passou de 6,25% para 7,75% ao ano. Assim, Bolsonaro recoloca o Brasil na posição de campeão mundial de juros reais (descontada a inflação).

Segundo o site MoneYou e Infinity Asset Management, o juro real brasileiro está agora em +5,96% ao ano. A média de 40 países considerados na pesquisa está negativa em -0,96%.

O Brasil passou a ter a maior taxa de juros do mundo a partir de 2005. Perdeu a liderança em curtos períodos de 2007 a 2009. Voltou ao topo dos juros altos em 2010. Permaneceu nesta condição até o início de 2012. Em agosto de 2013 a taxa volta a subir e o Brasil retorna à liderança. Permaneceu no topo em 2015, 2016, até 2017. Agora, com a decisão do Copom desta quarta-feira (27), Bolsonaro recoloca o Brasil na condição vexatória de campeão mundial dos juros altos.

Com a submissão do governo aos banqueiros e à agiotagem, Bolsonaro fez com que a taxa de juros fosse a maior em quatro anos, quando atingiu 7,5%

em outubro de 2017. E a maior alta desde dezembro de 2002, quando subiu 3 pontos percentuais. No comunicado, o BC sinalizou nova elevação de mesma magnitude na próxima reunião, em dezembro, elevando a Selic para 9,25% ao ano.

Ao aumentar a Selic pela sexta vez consecutiva este ano, o BC impõe mais arrocho aos investimentos e ao consumo, prejudicando a indústria, o comércio e os trabalhadores, e jogando mais lenha na fogueira da inflação, que no Brasil não está igual à inflação do resto do mundo como quer fazer crer Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes.

A inflação acelerou por conta dos preços e serviços administrados pelo governo, que deixou correr frouxo a disparada nos preços dos combustíveis, da energia elétrica, do botijão de gás de cozinha, entre tantos outros, além da alta nos preços dos alimentos que está tirando a comida da mesa do brasileiro, incentivando que os produtos brasileiros fossem exportados à bancarrota e deixando mais de 100 milhões de brasileiros vivendo sob insegurança alimentar em plena pandemia.

Num quadro de economia estagnada, com desem-

prego elevado e inflação generalizada, economistas apontam para um cenário de estagnação, mas o BC insiste em manter o aperto monetário, elevando os juros seguindo à risca a recomendação de Guedes: “tem que correr mais com os juros”, disse o ministro de Bolsonaro em coletiva na sexta-feira (22), na véspera da reunião do Copom, defendendo o aumento de 1,5 ponto percentual.

A inflação não é de demanda, afirmam os economistas. É provocada, essencialmente, por uma economia que está dolarizada. Hoje, os brasileiros – cujo seus salários são pagos em real – compram produtos que são produzidos em abundância no Brasil ao custo do preço do dólar, que está cada vez mais caro por força dos desatinos de Bolsonaro na economia.

Como disse o economista José Luis Oreiro, “o que nós temos é uma situação na qual, ao invés de ter um programa de renda emergencial decente, nós temos o bolsa banqueiro. Quer dizer, você vai destinar milhões, bilhões, de reais do orçamento público para engordar, para enriquecer ainda mais, os economistas e os demais membros do sistema financeiro”.

PIB do Brasil fica na lanterna entre os países do G-20 em 22, aponta FMI

A terrível imagem que Bolsonaro passa do Brasil para o mundo se reforça com a previsão de que o país terá, em 2022, o menor crescimento entre os membros do G20.

A reunião da cúpula integrada pelos 19 países mais ricos do mundo mais a União Europeia acontecerá neste final de semana (30 e 31 de outubro), na Itália. O Brasil faz parte do grupo, mas perde posto entre as economias emergentes à medida que o governo afunda o país no buraco da estagnação e do desemprego.

No início do mês, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou as previsões de crescimento entre os membros do G20 para 2022. O Brasil aparece na lanterna, com estimativa de avanço do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,5%.

A previsão do FMI se alinha com o que esperam os economistas e o representantes de instituições financeiras. Diante da situação, já se fala em recessão ou crescimento zero da economia em 2022. O banco Itaú, por exemplo, revisou a projeção para o PIB do ano que vem para queda de -0,5%. O J.P. Morgan e a Consultoria MB Associados falam em crescimento zero.

Embora o mundo todo ainda esteja enfrentando a crise causada pela pandemia do coronavírus, a situação do Brasil sob Bolsonaro é

evidentemente pior, agravada pelo desemprego elevado, inflação generalizada e dólar em alta. Além disso, os cortes nos investimentos públicos em ciência e tecnologia e em infraestrutura, a política ambiental desastrosa e os ataques de Bolsonaro à vacinação contra a Covid e à democracia fragilizam ainda mais a economia.

“Não tem nenhum motor de crescimento no Brasil”, afirma Claudio Considera, economista do Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas). “O desemprego está enorme, a inflação está fazendo com que as famílias percam renda, isso diminui o consumo”, enumera. “O investimento também não tem nenhum estímulo, porque ninguém acredita que o Brasil vai crescer. Então a economia não tem qualquer impulso de crescimento”, completou o economista em entrevista à BBC News Brasil.

Paulo Guedes, ministro da Economia, contesta os dados do FMI e diz que a economia vai crescer 5% este ano e que “será de mais de 2% em 2022”, “o dobro do que o FMI está prevendo”, declarou na semana passada nos EUA.

Em coletiva, diante da debandada de sua equipe, Guedes depois de pintar a economia de cor-de-rosa disse que a inflação estava ocorrendo em todo mundo, mas,

Situação sofrida durante a pandemia piora frente à carestia e a brutal queda na renda

Na pandemia de Covid-19, o desemprego quase que dobrou e a inflação dos mais pobres disparou a quase 40%. Especialistas alertam que, até que os preços dos alimentos caiam, a população de baixa renda poderá empobrecer ainda mais.

A estagnação – uma situação de desemprego e inflação elevados, somados a uma economia em estagnação – chegou primeiro para os brasileiros mais pobres, é o que demonstram dados divulgados pelo Datafolha neste domingo (31).

Muito antes do indicador geral da inflação atingir dois dígitos (10,25%) em 12 meses, segundo o IPCA, o peso dos alimentos ao consumidor já figurava próximo dos 20% e quase 40% desde o início da pandemia.

O forte aumento do período agravou um cenário de disparada do desemprego na metade mais pobre do país. De 2014 a 2019, a desocupação nessa parcela da população quase dobrou (para 21%), e voltou a subir mais 8,5 pontos percentuais na pandemia.

Na prática, o resultado foi a queda acentuada do poder de compra dos mais pobres, elevando a fome e a miséria no Brasil.

Nos últimos 12 meses, período em que os alimentos dispararam 20%, a renda real familiar per capita do trabalho na metade mais pobre despencou 18%, de R\$ 210 mensais para R\$ 172, segundo dados da FGV Social. Antes disso, em 10 anos até 2021, o rendimento da metade mais pobre no país já havia retrocedido 26,2%.

Os surrados e desmoralizados monetaristas voltam a usar o pretexto da alta da inflação para aumentar os juros e beneficiar os bancos e rentistas. Com a elevação dos custos do dinheiro, eles derrubam a economia e, em algumas circunstâncias, acabam derrubando também os preços, só que junto caem também a produção e os empregos. Este foi o roteiro de 2013/14, quando o Banco Central (BC) retomou a elevação da taxa básica de juro (Selic) que em 2015 atingiu 14,25%.

Em 2015 e 2016, o PIB brasileiro desabou -7,2%. Foram dois anos de recessão. A inflação oficial (IPCA) acabou caindo de 10,67% naquele ano para 4,31% em 2019. Antes

Trabalho precário atinge 37 milhões de pessoas e renda desaba 10,2%

O desemprego no país, no trimestre encerrado em agosto, atingiu 13,7 milhões de pessoas, segundo divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta quarta-feira (27). Diante

de uma economia estagnada e uma inflação galopante, em doze meses a informalidade – o emprego sem carteira assinada, sem qualquer proteção trabalhista e com salários mais baixos – bateu recorde atingindo 37 milhões de pessoas e o trabalho por conta própria também é recorde: 25,4 milhões de brasileiros. No período, o rendimento real dos brasileiros desabou 10,2%. Na comparação com o trimestre anterior, a queda foi de 4,3%. Em ambas as comparações foram registradas as maiores quedas percentuais da série histórica, segundo a Pnad Contínua.

“Parte significativa da recuperação da ocupação deve-se ao avanço da informalidade. Em um ano a população ocupada total expandiu em 8,5 milhões de pessoas, sendo que desse contingente 6,0 milhões eram trabalhadores informais”, declarou o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Adriana Beringuy. A taxa de desocupação foi de 13,2% no trimestre terminado em agosto e de 14,6% no trimestre terminado em maio.

Trabalhadores ganhando em média 10% a menos enquanto a inflação explode atingindo dois dígitos ao ano e correndo a já minguada renda é mais um feito de Bolsonaro que tenta pintar de cor-de-rosa a economia, enquanto os preços dos combustíveis, energia elétrica,

disso caiu também a presidência. Agora, com a péssima atuação do governo Bolsonaro, a inflação voltou com força total e irá piorar ainda mais as condições de vida da população. Bolsonaro já deixou claro que não vai interferir em nada para combater a disparada dos preços dos alimentos, combustíveis e da conta de luz, e ainda liberou geral para o mercado financeiro elevar os juros.

Pelo contrário, o governo desenterra o monetarismo e, nesta semana (27), o Banco Central (BC) elevou em 1,5 ponto percentual a taxa básica de juros, que passou de 6,25% para 7,75% ao ano. Com isto, o Brasil voltou à posição de campeão mundial de juros reais (descontada a inflação).

Ao aumentar a Selic pela sexta vez consecutiva este ano, o BC mais uma vez impõe arrocho aos investimentos e ao consumo, prejudicando a indústria, o comércio e os trabalhadores. Só que, desta vez, a inflação, ao invés de cair, como eles apregoam, está subindo junto com a queda do PIB. Ou seja, o Brasil está entrando numa estagnação, como alertou o economista José Luis Oreiro.

“Nesse contexto de aumento da aversão dos investidores internacionais a aplicações denominadas em reais, o aumento da taxa de juros pode ser contraproducente ao sinalizar para os mesmos que as aplicações no Brasil são, de fato, muito arriscadas pois o Banco Central do Brasil é uma das poucas autoridades monetárias do mundo que está aumentando de forma significativa a taxa de juros básica para enfrentar um choque de oferta de caráter temporário que está ocorrendo no mundo inteiro”, destaca o economista.

Segundo Oreiro, “o BCB aplica uma política monetária que destoa não apenas do praticado pelos bancos centrais dos países desenvolvidos, como também dos bancos centrais de outros países emergentes como é o caso da Turquia”, país que recentemente reduziu a taxa básica de juros.

“O aumento da taxa de juros levou a uma depreciação da taxa nominal de câmbio, o que deverá aumentar, ao invés de reduzir, as pressões inflacionárias nos próximos meses”, escreveu o professor da UnB em artigo.

gás de cozinha, alimentos, aluguel, remédios disparam e a extrema pobreza aumenta. E os reajustes salariais não acompanham a disparada da inflação.

“A queda no rendimento está mostrando que, embora haja um maior número de pessoas ocupadas, nas diversas formas de inserção no mercado e em diversas atividades, essa população ocupada está sendo remunerada com rendimentos menores. A ocupação cresce, mas com rendimento do trabalho em queda”, diz a coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, Adriana Beringuy.

Na comparação com o mesmo trimestre (junho, julho e agosto) do ano passado, as maiores quedas no rendimento médio dos trabalhadores ocorreram na indústria (-13,8%), no segmento de alojamento e alimentação (-11,6%), no comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (-9,6%) e na construção (-9,2%).

No trimestre encerrado em agosto, a taxa de informalidade bateu 41,1% da população ocupada, somando 37,1 milhões de pessoas. Aqui estão os trabalhadores que fazem trabalhos eventuais, incluindo quem se vira vendendo bala no farol, catadores e entregadores. No trimestre anterior, a taxa havia sido de 40% e no mesmo trimestre de 2020, de 38%.

O aumento sistemático de pessoas sobrevivendo nessas condições acompanha a explosão da inflação, o corte dos benefícios sociais e o arrocho na renda – marcos da gestão Bolsonaro.

“Mito” mente no G20 e esconde seu desgoverno



Parlamentar foi entrevistado na Globonews

“Decisão do TSE contra crimes na internet foi histórica, disse o deputado Orlando Silva”

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), escolhido como o melhor deputado federal de São Paulo e um dos dez mais influentes do país, pelo portal ‘Congresso em Foco’, participou, na noite deste domingo (31), na Globo News, de um debate com a deputada Tabata Amaral (PSB-SP) e a deputada Joice Hasselmann (PSDB-SP), sobre a nova legislação de combate às fake news e as eleições de 2022.

O parlamentar, que é relator do PL 2630, originário do Senado, que trata sobre o combate à fake news, elogiou a decisão tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o objetivo de coibir a ação criminosa de grupos de extrema direita, que usam a internet para atacar a democracia e pregar a violência e a desinformação.

“Quando adotou a posição duríssima com relação a disparo em massa, que chegou a produzir a cassação do mandato de um deputado, elevou ao patamar necessário o combate à desinformação”, destacou Orlando Silva.

Debate sobre Fake news com Orlando Silva, Tabata Amaral e Joice Hasselmann, realizado na programação da Globonews

“E essa gravidade que nós temos que dar ao tema”, argumentou o parlamentar. “Aliás”, lembrou ele, “durante o julgamento do ministro Alexandre de Moraes chegou a falar que vão para a cadeia os que insistirem em atacar a democracia, as instituições e difundir desinformação com o objetivo de manipular a formação da opinião pública”.

“Eu diria que foi um julgamento histórico”, acrescentou Orlando Silva. Ele lembrou que as duas deputadas, Tabata e Joice, são autoras de projetos para combater disseminação criminosa de informações falsas.

Sobre o projeto, ele disse que pretende garantir a liberdade de expressão e a responsabilidade no exercício dessa liberdade. “Todos temos que ter liberdade e responsabilidade”, destacou. Orlando afirmou também que o projeto “deve dar transparência para que nós possamos ver quem impulsiona, quem patrocina, como se faz, quais são as regras de moderação de conteúdo”.

“Portanto”, prosseguiu Orlando, “é um projeto muito importante e que expressa um debate que está ocorrendo no mundo inteiro”. “Nosso objetivo é inibir condutas maliciosas e as manipulações na formação da opinião pública”, argumentou.

Orlando Silva defendeu ainda que as empresas que prestam serviços aos brasileiros respondam pelas regras legais do país. “Não é admissível que umas empresas respondam ao STF e ao TSE e outras não. Não haverá o cumprimento da lei se existem empresas que não estejam ao alcance da Justiça e que não possam ser responsabilizadas por seus serviços”, opinou.

A deputada Joice Hasselmann reafirmou o que já tinha revelado à CPI da Fake news, de que o vereador Carlos Bolsonaro é o cabeça do “gabinete do ódio”, estrutura montada para estimular os crimes da milícia digital do governo. Ela disse que se afastou de tudo quando percebeu que as atividades dos membros do governo na internet eram criminosas. “Isso que é feito por eles é crime”, disse a deputada. “Nós estamos falando aqui de uma Abin paralela, que forja dossiês que destroem reputações”, salientou.

A deputada Tabata Amaral, que participou junto como deputado Felipe Rigoni (PSB-ES) e o senador Alessandro Vieira (Rede-SE) da elaboração conjunta do projeto de lei, que hoje é relatado na Câmara por Orlando Silva, afirmou que os robots não identificados, que dispararam milhões de interações, criados com o objetivo de disseminar informações falsas, devem ser proibidos. “Robots que se passam por pessoas para agir com os objetivos mais escusos e terríveis devem ser combatidos com muito rigor”, defendeu.



O riso desconcertado não engana: tentou enrolar o presidente da Turquia ‘Espalha vírus’ tenta convencer o diretor da OMS que ‘ciência’ é cloroquina e imunidade de rebanho

O mundo está se convencendo rapidamente de que a população brasileira tem toda razão ao querer se livrar o mais rapidamente possível de Jair Bolsonaro. Quanto mais ele viaja ao exterior, mais os chefes de Estado e amplos setores da opinião pública percebem que o atual ocupante do Planalto, além de negacionista e bajulador de Trump, é também um sciopata incorrigível.

A conversa com o diretor-geral da OMS (Organização Mundial da Saúde), Tedros Adhanom, uma das poucas bilaterais que o ‘capitão cloroquina’ conseguiu em sua viagem à reunião do G20, na Itália, é bem ilustrativa disso.

Diante da tragédia que paralisou a economia mundial e já matou mais de 5 milhões de pessoas em todo o planeta – mais de 607 mil só no Brasil –, Bolsonaro dava gargalhadas, ao perguntar a Adhanom qual era a origem do vírus.

A provocação tinha endereço certo: a China. Foi uma pergunta bem ao estilo dos serviços da Cia e da Casa Branca. A intenção não passou despercebida ao diretor da OMS, que respondeu rapidamente e mudou logo de assunto. “Ainda estamos estudando. Nós precisamos saber. É muito importante”, disse Adhanom.

Vendo que não tinha conseguido arrastar o diretor da OMS para o seu pântano da bajulação, Bolsonaro retrucou dando mais gargalhadas: “boa resposta”, disse ele.

O diretor da OMS, então, tentou mais uma vez mudar de assunto. Falou sobre um prêmio que recebeu de Michel Temer, quando este esteve na Presidência.

No entanto, Bolsonaro insistia nas provocações. Dessa vez, atacando as autoridades sanitárias, o Supremo Tribunal Federal e os governadores e prefeitos brasileiros como se eles fossem culpados pela tragédia brasileira. Disse que eles agiram sem base científica.

Ele que sabotou – e segue sabotando até hoje – a vacinação dos brasilei-

Ministro do STF pede mais informações à CPI sobre o pedido de banir Bolsonaro das redes

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, deu 48h para a CPI da Pandemia enviar mais informações sobre o pedido de banimento de Jair Bolsonaro das redes sociais por divulgar fake news.

A decisão de Moraes é do sábado (30).

Em suas últimas sessões, a CPI da Pandemia aprovou requerimentos que pedem à Justiça o banimento de Jair Bolsonaro das redes sociais e uma retratação pela mentira que falou associando a vacinação contra Covid-19 com a Aids.

Além disso, os senadores aprovaram a

ros, acusou os prefeitos e governadores de “agir sem base científica”. Talvez essa “piada” é que tenha sido o motivo real das gargalhadas. Seria o caso do diretor ter perguntado a Bolsonaro o motivo de tanto riso.

Não foi o que aconteceu. Adhanom talvez não tivesse ainda a consciência completa do grau de cinismo de seu interlocutor. Ele estava diante de uma pessoa que não se vacinou até agora, que foi banido das redes sociais por dizer que as vacinas da Covid podiam causar Aids, que promoveu aglomerações e que combateu as máscaras. Ou seja, estava diante uma pessoa que combateu todas as orientações dadas pela OMS e que, ao mesmo tempo, estava dizendo que agia com a ciência.

NUMERO DE MORTOS

Este mesmo negacionista estava acusando os governadores e prefeitos, que fizeram de tudo contra a expansão do vírus, de “não seguirem a ciência”.

A “ciência” a que se referia Bolsonaro, nesse caso, é o charlatanismo do uso da cloroquina, da ivermectina e a aplicação da tese genocida da imunidade de rebanho. Essa “ciência” realmente foi rejeitada por boa parte dos brasileiros. Se tivesse prevalecido o que queria Bolsonaro, a tragédia do país certamente seria ainda maior. Não fosse o governo de SP e a vacina do Butantan, duramente combatidos por Bolsonaro, o Brasil estaria em inferno até hoje.

Depois ele reclama de que está sendo chamado de genocida nas ruas por toda a parte onde ele vai. Agrediu a imprensa porque, segundo ele, ela não diz a verdade. Mandou até seus seguranças darem socos e pontapés em repórteres nas ruas de Roma.

A verdade é que o Brasil tornou-se o campeão mundial de mortos por milhão de habitantes e o segundo do mundo em número absoluto de mortes pela Covid-19, perdendo apenas para os EUA.

Sua pregação criminosa pela imunidade de

rebanho, sua sabotagem às vacinas e o estímulo permanente à desobediência às normas sanitárias, resultaram na morte evitável de centenas de milhares de pessoas. O imunologista Pedro Hallal, da Universidade Federal de Pelotas, calculou esse número em cerca de 400 mil pessoas. São pessoas que poderiam ter escapado da morte não fosse a sabotagem de Bolsonaro às vacinas e às medidas sanitárias.

A situação só não foi pior porque houve uma resistência enorme por parte dos governadores, prefeitos, STF, médicos, imprensa, etc. Ele reclamou do STF para Adhanom. Disse que o tribunal “criou um problema” ao permitir que os estados e municípios lutassem contra o vírus. Para Bolsonaro, esse realmente foi um problema, porque defendia a infecção generalizada das pessoas como método mais eficiente de imunização. Chegou a defender isso em discurso na Assembleia Geral da ONU.

A CPI da Pandemia, que concluiu recentemente os seus trabalhos, avaliou que há provas contundentes de que Bolsonaro cometeu nove crimes, entre eles o crime de epidemia agravado com mortes. Foram mortes que poderiam ter sido evitadas se as medidas sanitárias recomendadas pela OMS fossem tomadas. Os senadores concluíram que Bolsonaro trabalhou incansavelmente pelo vírus e pela charlatanice da cloroquina.

A intenção de Adhanom era ter uma conversa séria com Bolsonaro, mas logo percebeu que isso era impossível. Em sua página no Twitter, o diretor da OMS disse que queria discutir a ampliação do uso de vacinas na América Latina. “Discutimos o potencial do Brasil para a produção local de vacinas e tratamentos, o que também poderia atender às necessidades da América Latina e do mundo”, escreveu Tedros. Ele até gostaria que a discussão fosse essa, mas Bolsonaro só estava interessado em usar a conversa para seguir atacando as vacinas.

Depois do discurso, Bolsonaro disse que iria fazer um passeio por Roma. Uma jornalista da Folha andou em direção de onde ele iria passar, mas foi empurrada por um policial italiano. Outros jornalistas também começaram a ser agredidos nesse momento.

Um membro da equipe da Globonews foi empurrado até um carro, onde foi encostado.

Os jornalistas da UOL se aproximaram para filmar a violência, mas também foram agredidos. Um policial torceu o braço de um dos jornalistas

acirramento de ânimos contra as medidas cientificamente capazes de realmente enfrentar o gravíssimo vírus que já vitimou mais de 606 mil brasileiros”.

Bolsonaro falou em uma transmissão ao vivo, no dia 21 de outubro, que as pessoas que tomaram as duas doses das vacinas contra Covid-19 estavam desenvolvendo Aids mais rapidamente.

Ele se baseou em um site conhecido por divulgar fake news, o Before It’s News, para propagar a mentira.

Bolsonaro ainda mentiu falando que usou uma reportagem da revista Exame como fonte.

Disse que foi a favor da vacinação desde pequenino, quando na verdade ele sabotou. E atacou a Petrobrás diante de Erdogan

Jair Bolsonaro foi à reunião do G20 e mentiu para as lideranças dos demais países dizendo que seu governo impulsionou a vacinação no Brasil e que o país está crescendo economicamente, mesmo que tenha sabotado a vacinação e causado uma violenta crise econômica.

Além disso, atacou a Petrobrás, empresa dos brasileiros.

Bolsonaro, que é rejeitado por mais da metade dos brasileiros, disse aos líderes que conta com um forte apoio popular.

Em uma conversa com o presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, Jair Bolsonaro mentiu escandalosamente sobre a retomada da economia, o apoio da população ao seu governo. Disse que a Petrobrás é um “problema” e criticou a pressão da imprensa.

“A economia voltando bem forte”, falou.

Entretanto, todos os estudos mostram que a retomada econômica está entre as mais lentas do mundo, principalmente porque o governo se recusou a combater a pandemia.

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a variação do PIB brasileiro será a menor entre todos os países do G20. Enquanto a Índia crescerá durante o ano 8,5%, a China 5,6%, o Brasil crescerá apenas 1,5%.

O Brasil também perde para a Argentina, com 2,5%, Rússia, com 2,9%, e Estados Unidos, com 5,2%.

Ainda durante a conversa, Bolsonaro disse que a “Petrobrás é um problema. Mas nós estamos quebrando monopólios, com uma reação muito grande. Há pouco tempo era uma empresa de partido político”.

Seu governo optou por seguir uma política de preços para a empresa estatal que penaliza os brasileiros, fazendo com que paguem pelos combustíveis produzidos no Brasil o mesmo preço que pagariam por combustíveis importados. Depois do aumento mais recente, a gasolina passou a custar R\$ 9 em algumas cidades do Norte.

Jair Bolsonaro ainda tentou enganar Erdogan falando que “tenho um apoio popular muito grande”. Segundo a pesquisa Datafolha, seu governo tem a rejeição de 53% dos brasileiros

Seguranças agredem jornalistas do Brasil, impedidos de cobrir passeio presidencial

Jornalistas brasileiros foram agredidos e impedidos de fazer perguntas a Jair Bolsonaro por seguranças, no domingo (31). Bolsonaro está em Roma participando da reunião do G20.

As equipes da Folha de S.Paulo, UOL e Globonews foram empurradas e agredidas na saída da embaixada do Brasil em Roma.

Enquanto Jair Bolsonaro discursava para seus apoiadores, a polícia que guarda a embaixada brasileira onde Bolsonaro está hospedado estava empurrando os jornalistas e impedindo que fizessem perguntas.

Depois do discurso, Bolsonaro disse que iria fazer um passeio por Roma. Uma jornalista da Folha andou em direção de onde ele iria passar, mas foi empurrada por um policial italiano. Outros jornalistas também começaram a ser agredidos nesse momento.

Um membro da equipe da Globonews foi empurrado até um carro, onde foi encostado.

Os jornalistas da UOL se aproximaram para filmar a violência, mas também foram agredidos. Um policial torceu o braço de um dos jornalistas



Os jornalistas foram atingidos com socos e empurrões

Treze governadores participam da COP26, Escócia, enquanto presidente faz turismo na Itália

Enquanto Bolsonaro passeia por Roma e não dá a mínima importância e não participa da COP26 (26ª Conferência das Nações Unidas para a Mudança do Clima), neste domingo (31), em Glasgow, na Escócia, 13 governadores e mais sete representantes dos Estados marcaram presença no evento.

Representando o governo participam os ministros do Meio Ambiente, Joaquim Leite; das Comunicações, Fábio Faria; e das Minas e Energia, Bento Albuquerque.

Entre os governadores presentes à Conferência estão os de São Paulo, João Dória (PSDB); Paulo Câmara (PSB), Pernambuco; Mauro Mendes (DEM), Mato Grosso; Camilo Santana (PT), Ceará; Gladson Cameli (PP), Acre; Renato Casagrande (PSB), do Espírito Santo; Fátima Bezerra (PT), do Rio Grande do Norte; Helder Barbalho (MDB), do Pará; Eduardo Leite (PSDB), do Rio Grande do Sul; Carlos Moisés (PSL), de Santa Catarina; Wellington Dias (PT), do Piauí; e Marcos Rocha (PSL), de Rondônia, e Romeu Zema (Novo), de Minas Gerais.

“A COP-26 será uma boa oportunidade para levarmos as ações que estamos fazendo aqui no Espírito Santo dentro do Programa Estadual de Mudanças Climáticas, mas especialmente, vou levar, enquanto presidente do Consórcio Brasil Verde, que é a coalizão dos Governadores pelo Clima, o nosso modelo de governança. Pela primeira vez, o Brasil tem uma organização dos entes subnacionais tratando de um tema importante e que vai permitir que possamos trabalhar para dentro dos nossos estados com ações que têm objetivo de reduzir as emissões, como obras de adaptações às mudanças climáticas e ações mais contundentes na área de prevenção”, afirmou o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, presidente do Consórcio Brasil Verde, que reúne 22 governadores.

“Vamos barrar Bolsonaro nas ruas e nas urnas”, diz UMES

Encontro da entidade reuniu lideranças de toda a cidade para reforçar a mobilização contra Bolsonaro, a campanha de alistamento eleitoral e a luta em defesa da meia-entrada

A União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES) realizou no sábado (30) a Plenária de Grêmios da entidade para reforçar a mobilização pelos atos Fora Bolsonaro.

O encontro, que marcou a retomada dos eventos presenciais no Cine-Teatro Denoy de Oliveira, contou com a participação de mais de 120 gremistas de 70 escolas da cidade de São Paulo.

O evento contou ainda com a participação de Fernando Guimarães, coordenador nacional do Movimento “Direitos Já!”; do deputado federal Orlando Silva (PCdoB); da presidente do núcleo religioso do PSDB, Carolini Gonçalves; da coordenadora do Movimento Cientistas Engajados, Mariana Moura; do presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas, Hector Batista; Valério Bemfica, presidente do Centro Popular de Cultura da UMES (CPC-UMES).

Durante o encontro, os estudantes reforçaram a mobilização para os atos pela derrubada do governo Bolsonaro, a campanha de títulos eleitorais da juventude e o recente ataque ao direito à Meia-Entrada no estado de São Paulo.

O diretor da UMES, Lucca Gidra, convocou os gremistas presentes na plenária a atuar na construção do Fora Bolsonaro, reforçando a luta em defesa da democracia e contra o negacionismo deste governo, que é responsável pela pior crise que o país já passou.

“Para vencermos este governo e derrotarmos Bolsonaro precisamos atuar também na campanha de tiragem de títulos eleitorais dos jovens. Nós já conseguimos fazer com que mais de 4 mil jovens garantissem sua participação nas eleições de 2022. Os jovens são os que mais rejeitam Bolsonaro e nós vamos vencer esta batalha”.

Ele destacou o veto do governador em exercício de São Paulo, Carlião Pignatari, ao projeto de lei que acaba com a meia-entrada no estado. “Precisamos agora garantir que esse veto seja mantido. Vamos nos mobilizar para defender o direito dos estudantes ao acesso à cultura e ao lazer”, destacou.

O deputado federal Orlando Silva destacou durante sua fala o papel dos jovens na defesa da democracia e saudou a participação das lideranças estudantis. “A emoção é pela esperança no futuro”, destacou Orlando.

O parlamentar, que também apoia projetos que são executados pela entidade, também criticou o negacionismo do governo assassino de Bolsonaro. Ele condenou os cortes na verba para o desenvolvimento científico do nosso país e convocou todos à luta em defesa dos direitos populares.

Orlando também destacou a conquista que o movimento estudantil teve com o veto ao projeto de lei que acabava com a meia-entrada. “Eles votaram, acharam que a turma estava dormindo e, rapidamente, os estudantes, o Lucca à frente, o Hector, a Rozana, lideranças que ajudaram a construir

esse veto. E vai ser bem bacana, quando a Assembleia Legislativa manter esse veto, aí o Arthur do Val vai assumir a condição de ‘Mamãe Chorei’”.

“Eu queria dizer para vocês que esses tempos tristes que o Brasil tem vivido vão passar. Todos aqui perderam alguém durante a pandemia: um parente, um vizinho, um amigo... Nós sabemos que já são mais de 600 mil pessoas mortas pela Covid. E temos também a chamada subnotificação, nem todas as mortes são notificadas, o que mostra que a tragédia que o Brasil vive é violenta demais”.

“A pandemia e o genocídio, Bolsonaro e o vírus, tem arrebatado com conquistas que nosso país teve, fruto de muito tempo. Construir tudo que nós conquistamos deu um trabalho danado. Mas para destruir é muito fácil. Basta cortar o orçamento, por exemplo, e você já inviabiliza a manutenção de uma política pública”.

“No campo da ciência, eles praticamente acabaram com o orçamento de pesquisa no Brasil. Isso é inacreditável. Depois que o mundo percebeu que foi graças à ciência que a tragédia da Covid não foi muito maior. E eles tiveram a capacidade de cortar praticamente todo o orçamento, que já era uma mixaria, R\$ 600 milhões já era uma mixaria. Não existe país forte no planeta que não faça investimento em ciência e tecnologia, na educação e na formação de pessoas. Eles estão fazendo tudo o que podem para impedir isso”.

DEMOCRACIA

Fernando Guimarães destacou que o papel que os estudantes tem a cumprir é o da mudança. “Precisamos radicalizar a democracia”, disse ele.

“Estamos num momento hoje que o Brasil passa por um divisor de águas. Nós erramos muito. Foram muitos erros acumulados de todas as partes. Mas chegamos num momento em que a reeleição de Bolsonaro pode significar um atraso que será muito difícil das instituições concertarem.”

“Diversas experiências internacionais mostram que não é no primeiro mandato que esses governos autoritários conseguem consolidar aquilo que eles querem implementar. O primeiro mandato é um momento onde eles sinalizam todas as rupturas. É no segundo mandato, com a legitimação de que foram reconduzidos que eles vem para passar o trator. Então temos agora um desafio muito grande e uma responsabilidade que pesa muito sobre nós. Precisamos fazer com que a sociedade compreenda esse processo”.

“O momento é muito dramático para a nossa história”, destacou Fernando. “Mas é justamente nesses momentos difíceis que a esperança move mais forte e pode trazer um sentimento de reação”.

“Nós vamos derrotar Bolsonaro. Se não através de um processo jurídico político, o impeachment, nós vamos derrotar ele nas urnas” ressaltou Guimarães.

Governo de SP veta projeto de Arthur do Val e impede fim da meia-entrada

Governador em exercício do Estado de São Paulo até 2 novembro e presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), Carlião Pignatari (PSDB), vetou neste sábado (30) o projeto que acabava com a meia-entrada em eventos culturais para estudantes e idosos no Estado. O projeto havia sido aprovado na casa legislativa na última quarta-feira (27). A decisão foi publicada no Diário Oficial do Estado deste sábado.

O PL contraria a lei federal 12.933 de 2013, que garante o benefício a estudantes e idosos em todo o território nacional.

Em texto, o governador em exercício aponta que o projeto do deputado Arthur do Val, que estenderia o direito à meia-entrada a todos os paulistanos entre 0 e 99 anos e autoriza que as empresas dobrem o valor do ingresso, é inconstitucional. “Nota-se, contudo, uma discrepância entre o projeto que, indiretamente, acaba por suprimir o benefício da meia-entrada, e as disposições contidas na Lei federal no 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que assegura a meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiências e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos (artigo 1º)”.

“Diante do exposto, concluiu-se que a matéria se encontra suficientemente disciplinada na esfera federal, e que projeto mostra-se incompatível com as normas gerais expedidas pela

União”, finalizou Pignatari.

De autoria do deputado Arthur do Val (Patriotas), conhecido como Mamãe Falei, a proposta previa acabar com a meia-entrada no Estado.

O texto do projeto de Mamãe Falei propunha que a meia-entrada passasse a ser válida a “pessoas com idades entre 0 e 99 anos”, e não mais a estudantes e idosos a partir de 60 anos.

A União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP) considerou a decisão do governo uma vitória de todos os estudantes. Segundo a entidade, a luta agora é para que a Alesp mantenha o veto ao projeto inconstitucional e impeça essa ilegalidade. “A meia-entrada é nossa garantia de acesso à arte e cultura, agora vamos lutar para manter o veto na ALESPP”, destacou Lucca Gidra, diretor da UMES.

Em seu argumento, o deputado alega que o direito à meia-entrada causa uma “distorção social”, o que é rebatido pelos estudantes.

“O que o deputado chama de ‘distorção’ é a garantia de acesso dos estudantes – e demais setores que possuem o direito – à cultura, ao esporte e ao entretenimento”, ressaltou o estudante.

“O que o ato preconceituoso de Arthur do Val pretende é impedir que milhões de estudantes, em especial os de baixa renda, possam se desenvolver cultural e socialmente no nosso estado”, pontuou Lucca.



Plenária reuniu mais de 120 lideranças estudantis da cidade de São Paulo



Fernando Guimarães, do Movimento Direitos Já!, e Orlando Silva, deputado federal do PCdoB, participaram da plenária da entidade secundarista

Coordenador da Conep sofre perseguição após denunciar pesquisa irregular que resultou em 200 mortes no AM

O médico e coordenador da Comissão Nacional de Ética e Pesquisa (Conep), Jorge Venâncio, denuncia a perseguição que sofre após o órgão vinculado ao Conselho Nacional de Saúde apontar irregularidades em pesquisa com o medicamento proclutamida no tratamento de paciente com Covid-19 que resultou na morte de 200 pessoas no Amazonas.

Venâncio organizou uma vaquinha virtual para custear a sua defesa após ser pessoalmente acionado judicialmente pelo autor do estudo irregular que teve 31% de mortalidade no Amazonas, Flávio Cadegiani.

O estudo sem autorização sofreu uma representação da Conep junto ao Ministério Público Federal e acabou baseado na CPI da Covid no Senado Federal para apontar as falhas graves que ocorreram na pesquisa com 200 mortes.

“O pesquisador, ao invés de discutir o mérito dos fatos, prefere utilizar o seu poder econômico para levar o caso a Justiça sem nenhuma base. Por isso, decidimos fazer a vaquinha para enfrentar a ação”, declarou Jorge Venâncio ao HP.

Jorge Venâncio também agradeceu a solidariedade dos setores médicos, científicos e trabalhadores, tendo êxito na arrecadação necessária para enfrentar a interposição judicial e comemorou o resultado da vaquinha “ultrapassou todas as expectativas, muita solidariedade do



Jorge Venâncio é coordenador nacional da Conep

Conselho Nacional de Saúde, da comunidade científica, dos colegas médicos, do movimento sindical, dos mais diversos setores”.

A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) manifestou solidariedade com Venâncio e conclamou seus dirigentes, militantes e amigos para colaborar na vaquinha online.

“Cadegiani ataca Jorge Venâncio de forma deliberada. Mas o que está em jogo, além da integridade do coordenador da Conep, é também a luta contra o negacionismo e em defesa da ciência. Por tudo isso, a CTB aderiu à vaquinha virtual. É hora de prestar solidariedade a Jorge Venâncio e à ciência”, disse a central sindical, em nota.

O uso da proclutamida como tratamento experimen-

tal contra a covid-19 foi realizado pela Clínica de Endocrinologia Flávio Cadegiani, de Brasília. Essa medicação ainda não está aprovada para venda no Brasil, mas foi utilizada por médicos em doentes atingidos pelo coronavírus. Segundo a Conep, 200 pacientes, num universo de 645, incluídos no estudo, morreram.

A pesquisa apoiada e patrocinada pelo Grupo Samel, rede de hospitais e planos de saúde, foi considerada por pesquisadores da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) como uma “violação aos direitos humanos” e um dos “mais graves e sérios episódios de infração ética” da história da América Latina.

Governo “desnomeia” chefe do PNI após Ricardo Gurgel defender a vacinação de adolescentes

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) completa no próximo sábado (30) quatro meses sem coordenador titular. Desde a saída da enfermeira Francieli Fantinato, em junho, a função é desempenhada por substitutos. Indicado pelo governo ao posto no dia 6 de outubro, o médico Ricardo Gurgel, que foi até Brasília (DF) tomar posse, não pode assumir o posto.

Professor de Pediatria da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Gurgel informou que a decisão de vir à capital federal foi tomada por conta própria, uma vez que, desde a nomeação, não houve contato para comparecer à cidade para assumir o cargo.

“Eu fiquei surpreso porque eu vim para assumir. Foi o Gerson (Pereira), que está como secretário-adjunto da

Secretaria de Vigilância em Saúde, que me informou que eu não ia assumir. Volto para Aracaju amanhã”.

Segundo o médico, não foram dadas explicações. A nomeação de Ricardo Gurgel foi publicada no Diário Oficial da União no último dia 6. Ele assumiria a vaga deixada por Francieli Fantinato, que pediu para deixar o governo no dia 7 de julho, um dia antes de depor à CPI da Pandemia. A definição do substituto demorou 3 meses.

O médico Ricardo Gurgel passou por entrevista com o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que confirmou o nome dele para chefiar o PNI. Segundo Gurgel, esta foi a única vez que esteve com o ministro, que também não deu explicações sobre o futuro dele na coordenação do PNI.

“Só encontrei com o minis-

tro uma vez quando ele me entrevistou e referendou o meu convite”, disse Gurgel. O médico se diz surpreso com o episódio e pedirá o que chamou de “desnomeação”. “Eu pedi que fosse publicada a minha desnomeação”, conta.

Desde que a nomeação se tornou pública, o pediatra concedeu declarações que vão à contramão do governo. Na data, Gurgel se posicionou a favor da vacinação de adolescentes contra a Covid-19, que chegou a ser suspensa pelo ministério.

Ele também disse que era contra o uso do “kit Covid”, comprovadamente ineficaz para combater a doença. Medicamentos como cloroquina, hidroxilcloroquina e ivermectina são defendidos pelo presidente Jair Bolsonaro e os apoiadores dele, à revelia das evidências científicas.



Único ministro a votar contra a definição foi Nunes Marques, indicado por Jair Bolsonaro

STF considera a injúria racial crime imprescritível

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quinta-feira (28), por oito votos a um, que o crime de injúria racial se equipara ao racismo e, por isso, é imprescritível. Com isso a punibilidade não pode ser extinta e o crime pode ser julgado a qualquer tempo, independentemente da data de quando foi cometido.

O único ministro a votar contra a definição foi Nunes Marques, indicado por Jair Bolsonaro.

Com esse entendimento, o Supremo confirma a jurisprudência da 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O julgamento começou em dezembro de 2020 e foi interrompido pelo pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes. A análise do habeas corpus 1542.48 voltou à pauta do plenário na quinta-feira.

Os ministros seguiram o entendimento do ministro Edson Fachin, que negou o habeas corpus de Luzia Maria da Silva. Ele defendeu que o crime de injúria racial é uma espécie de racismo. De acordo com a legislação brasileira, são imprescritíveis apenas os crimes de racismo e de ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

Na visão de Fachin, o crime de injúria racial emprega elementos associados à raça, cor, etnia, religião ou origem para se ofender ou insultar alguém. Nesses casos, há ataque à honra ou à imagem alheia, com violação de direitos, como os da personalidade, que estão ligados à dignidade da pessoa humana.

“A injúria racial consome os objetivos concretos da circulação de estereótipos e estigmas raciais ao alcançar destinatário específico, o indivíduo racializado, o que não seria possível sem seu pertencimento a um grupo social também demarcado pela raça. Aqui se afasta o argumento de que o racismo se dirige contra grupo social enquanto que a injúria afeta o indivíduo singularmente. A distinção é uma operação impossível, apenas se concebe um sujeito como vítima da injúria racial se ele se amoldar aos estereótipos e estigmas forjados contra o grupo ao qual pertence”, afirmou no voto.

Dessa forma, para o relator, a injúria é uma forma de ocorrência do racismo e significa exteriorizar uma concepção “odiosa e antagônica” mostrando que é possível “subjugar, diminuir, menosprezar alguém em razão de seu fenótipo, de sua descendência, de sua etnia”. Fachin considerou possível enquadrar a conduta tanto no conceito de racismo já empregado pelo STF quanto nas definições internacionais.

“A atribuição de valor negativo ao indivíduo, em razão de sua raça, cria as condições ideológicas e culturais para a instituição e manutenção da subordinação, tão necessária para o bloqueio de acessos que edificam o racismo estrutural. Também ampliam o fardo desse manifesto atraso civilizatório e tornam ainda mais difícil a já hercúlea tarefa de cicatrizar as feridas abertas pela escravidão para que se construa um país de fato à altura do projeto constitucional nesse aspecto”, complementou.

Os ministros Alexandre de Moraes, Luis Roberto Barroso, Rosa Weber, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Luiz Fux acompanharam Fachin.

“Existe um sentimento de inferiorização que as pessoas racistas querem impor às suas vítimas e não podemos permitir que se aplique prescrição em um caso que demonstra que o agressor pretendeu inferiorizar a sua vítima, ofendendo-a em virtude de ser negra. Isso é gênero racismo, espécie injúria racial, consequentemente imprescritível”, disse Moraes durante o voto.

A única divergência foi do ministro Nunes Marques, que tinha votado ainda em dezembro de 2020, data do início do julgamento. Em seu entendimento, o racismo e a injúria racial são condutas diferentes e que a imprescritibilidade da injúria racial só pode ser implementada pelo Poder Legislativo. Assim, para Nunes Marques a prescrição não pode ser interpretada de forma extensiva.

O ministro Gilmar Mendes não estava presente na sessão e, portanto, não votou.

A empresária Luzia Maria da Silva foi condenada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) por ter ofendido uma frentista de um posto de combustíveis, chamando-a de “negrinha nojent, ignorante e atrevida”. A prática foi enquadrada como crime de injúria qualificada pelo preconceito – artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal.

A defesa de Luzia recorreu ao STJ. Durante a tramitação do recurso especial, ela pediu a extinção da punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva, pois já haviam transcorrido mais de quatro anos sem que houvesse o trânsito em julgado da condenação. O recurso foi negado pela 6ª Turma do STJ, que asseverou que o crime de injúria racial é imprescritível e inafiançável. O mesmo pedido foi apresentado ao Supremo.

A defesa de Luzia defende que a conduta de ofender alguém, mesmo em relação à cor da pele, não é crime de racismo. Sustenta, ainda, que Luzia tinha mais de 70 anos na época da sentença e, portanto, teria direito à redução do prazo prescricional pela metade de acordo com o Código Penal.

Caminhoneiros fazem paralisação pela redução do preço do diesel

Lideranças decidem não bloquear estradas

Os caminhoneiros autônomos iniciaram neste dia 1º de novembro protestos e paralisações em várias estradas do país pela redução do preço do diesel, o cumprimento do piso mínimo do frete e a volta da aposentadoria especial para a categoria. Como as lideranças do movimento haviam estabelecido, até o momento, o movimento acontece sem o bloqueio das estradas.

Em muitas localidades, caminhoneiros que protestavam no início da manhã enfrentaram forte aparato policial, como em Santos, onde a Polícia Militar dispersou os manifestantes durante a madrugada. De acordo com as lideranças do movimento, os agentes usaram bombas de efeito moral e a Tropa de Choque foi acionada.

Os protestos e greve da categoria também enfrentam várias limitações da Justiça, conseguidas pela União, que estão sendo apresentadas por policiais rodoviários para impedir que caminhoneiros sejam abordados nas estradas, como a decisão da juíza federal substituta Mariana Sabino Coutinho, da 1ª Vara de São Vicente, que estabeleceu uma multa diária de R\$ 10 mil para pessoas físicas e R\$ 100 mil para pessoas jurídicas caso as estradas e rodovias que ligam o Porto de Santos sejam bloqueadas por caminhoneiros hoje e nos

próximos sete dias.

O presidente da CNTTL (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística), Carlos Alberto Littti Dahmer, afirmou no início da manhã que “a categoria apoiou, ficou em casa e não está rodando”. O líder sindical mostrou em vídeo o movimento de caminhões na BR-285, no Trevo de Ijuí, que comprovam a paralisação na região.

“A coisa pegou, porque não dá mais para suportar. É importante que a gente tenha a Petrobras a serviço do povo brasileiro, e não a serviço do estrangeiro”, disse Littti, referindo-se aos constantes aumentos do preço do combustível praticados pela Petrobras.

Diante das 29 limitações conseguidas pelo governo através do Ministério da Infraestrutura, que proíbem as principais entidades de caminhoneiros de fazerem bloqueio em estradas, portos e refinarias, o presidente da Abrava (Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores), Wallace Landim, o Chorão, disse que a categoria está tentando juridicamente garantir o direito de greve. “Estamos trabalhando para derrubar no Supremo Tribunal Federal (STF) as limitações”.

Em 2021, o diesel já acumula alta de 65,3% nas refinarias, e a gasolina subiu 73,4% no mesmo período.



Reprodução/Twitter

Centrais apoiam greve dos caminhoneiros: ‘Governo não negocia e ainda agrava situação’

As centrais sindicais divulgaram nesta quinta-feira (28) um manifesto em apoio à greve dos caminhoneiros, marcada para a próxima segunda, dia 1º de novembro.

Assinado pelas centrais Força Sindical, CTB, CUT, UGT, NCST, CSB, CSP-Conlutas, Intersindical e Pública, o manifesto afirma que “os caminhoneiros, através das suas organizações, têm atuado para viabilizar as demandas e propostas há muito apresentadas e que não tem obtido retorno por parte do governo federal. Não só não há retorno como os problemas têm se agravado”.

“Nesse caso, a inflação se expressa na alta dos preços da energia elétrica e

dos combustíveis que são de responsabilidade do governo federal que, mais uma vez, nada faz. Neste ano a gasolina já acumula um aumento de 74% e o diesel 65%. O impacto sobre os preços promove a carestia, como no caso do botijão de gás que custa em torno de R\$ 100,00. A inflação anual já beira os 10%”, ressalta a nota.

As centrais afirmam também que “a privatização da Petrobras, a desmobilização da produção nacional de refino de petróleo, a gestão voltada aos interesses de curto prazo dos acionistas e que não responde aos interesses do país e da nação, têm levado a esse descalabro no preço dos combustíveis com impactos nefastos

para o custo de vida”. O documento expõe também as principais reivindicações do movimento dos caminhoneiros:

Redução do preço do diesel e revisão da política de preços de Petrobras; Piso mínimo de frete; Retorno da aposentadoria especial com 25 anos de contribuição; Aprovação do novo Marco Regulatório de Transporte Rodoviário de Carga (PLC 75/2018); Criação e melhoria dos Pontos de Parada e Descanso (Lei 13.103/2015).

“Por tudo isso as Centrais Sindicais apoiam o movimento dos caminhoneiros e convocam todo o movimento sindical a expressar sua solidariedade à essa luta que é de todos trabalhadores”.



Tebet cobra derrubada de veto à distribuição de absorventes para mulheres vulneráveis

A líder da Bancada Feminina, senadora Simone Tebet (MDB-MS), cobrou a votação urgente do veto parcial do presidente Jair Bolsonaro ao projeto (PL 4.968/2019) que estabeleceu a distribuição gratuita de absorventes para estudantes de baixa renda e mulheres em situação de rua.

Simone afirmou que o projeto custa menos de R\$5 por pessoa beneficiada, “para que essas meninas não tenham que usar jornal, tecido ou miolo de pão para tratar de algo natural, que é da essência da mulher”. A parlamentar acrescentou que o programa beneficia principalmente meninas pobres, mulheres em situação de rua e presidiárias. “Cerca de 5 milhões de meninas e jovens alunas, de baixa renda, perdem cerca de 45 dias de aula no ano letivo porque não têm absorvente no período menstrual”, afirmou a senadora.

A medida integrava o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, sancionado em 7 de outubro. No entanto, os dispositivos que

diziam respeito ao público-alvo do projeto e aos meios de acesso aos itens de higiene pessoal previstos foram vetados. Ele ainda vetou o trecho que incluía absorventes nas cestas básicas distribuídas pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O texto aprovado previa que o dinheiro viria dos recursos destinados pela União ao Sistema Único de Saúde (SUS) e, no caso das presidiárias, do Fundo Penitenciário Nacional.

Bolsonaro “argumentou” que os absorventes não constam da lista de medicamentos considerados essenciais do SUS, o que foi repudiado por parlamentares, e movimentos em defesa da saúde da mulher. Para Tebet, o projeto é importante para superar a pobreza menstrual no Brasil e disse que até mesmo os que defendem o veto estão fazendo “mea culpa” e reconhecendo a importância da medida.

Simone informou que já vem tratando do assunto com representantes da bancada feminina da Câmara dos Deputados e com lideranças partidárias das

duas Casas.

A senadora Leila Barros (Cidadania-DF) também defendeu a derrubada do veto e afirmou que o projeto é uma forma de combater as dificuldades da pobreza menstrual, “uma questão de dignidade e respeito às mulheres”.

O senador Flávio Arns (Podemos-PR), em apoio à derrubada do veto, disse que o projeto é essencial para a qualidade da educação pública, já que permite uma maior permanência das alunas na escola.

O senador Fabiano Contarato (Rede-ES) também cobrou a derrubada do veto e disse confiar que o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD), irá pautar a votação o mais rápido possível.

Em resposta ao pedido dos senadores, Rodrigo Pacheco - que já havia dito que o veto era “candidatíssimo a ser derrubado” - reafirmou seu compromisso com a pauta da bancada feminina e com os direitos das mulheres e prometeu que “na primeira sessão do Congresso Nacional, esse veto será pautado.”



“Vencer a degradação e derrotar a PEC da destruição dos serviços públicos”, diz João Domingos

Os servidores públicos comemoraram o dia 28 de Outubro, Dia do Servidor Público, com protestos e manifestações em todo o país.

João Domingos Gomes, presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), fez um alerta para as ameaças em curso contra os serviços públicos e ressaltou a unidade e mobilização nacional para barrar os retrocessos defendidos pelo governo federal.

Veja abaixo o pronunciamento de João Domingos:

“O Brasil, os servidores, os serviços públicos, o estado, a Nação, passam por seu momento de maior degradação da nossa história. Degradação econômica, degradação política, degradação institucional, sanitária e até uma degradação humanitária.

Tudo isso fruto de um governo de faéinoras, liderado por um presidente ensandecido, que não tem nenhuma empatia pelo ser humano, que despreza completamente as necessidades do povo pobre. Ao contrário, eles agudizam as dificuldades propositalmente como temos vistos nessa crise sanitária da Covid-19.

Temos tudo para dizer que esse 28 de Outubro é um dia apenas alusivo ao servidor público. Mas venho contraditoriamente, dizer que é sim também um dia comemorativo.

Estamos enxergando um farol no fim do túnel, exatamente em função desse momento que estamos vivendo. Nós construímos uma unidade de ação com todo o movimento sindical, nos conectamos com a sociedade civil organizada, levamos nossas lutas e anseios para a sociedade, para a população, para o cidadão.

Então essa luta heroica que estamos travando contra a PEC 32 simboliza muito mais. Simboliza a certeza que o Estado Democrático de Direito, tão caro para nós, renascerá em 2022. Fruto dessa batalha que conseguimos unir em torno de valores simples, como os valores humanos, como a obrigação do Estado prestar serviços públicos, coisas simples como não aceitar a privatização total dos serviços públicos de saúde, educação e segurança, de todos os serviços. Essa vitória vai acontecer e por isso vamos sim comemorar o dia de hoje”.

MANIFESTAÇÕES

No Dia dos Servidor Público, a categoria protestou contra a proposta de “reforma” administrativa (PEC 32) apresentada pelo governo Bolsonaro. O Dia do Servidor contou com manifestações em diversos estados em denúncia à destruição que a PEC causará aos serviços públicos, caso seja aprovada.

Prestes a ser votada no Congresso Nacional, a PEC 32 vai piorar a situação do serviço público, ameaçando os direitos trabalhistas como também os serviços públicos essenciais, denunciam as entidades.

Em Salvador, os manifestantes distribuíram mil kits de café da manhã e folhetos para a população em que apontam os impactos negativos da PEC 32.

Para Valdemir Medeiros, diretor financeiro do Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, a reforma administrativa trará um impacto negativo significativo para a sociedade. “Hoje temos unidades clínicas e escolas em áreas periféricas e cidades do interior e, com a PEC 32, haverá uma escassez desses serviços”, disse.

A deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA) lembrou o Dia do Servidor pelas suas redes sociais e disse que é um “dia nacional de luta contra a reforma administrativa que destrói os serviços públicos, um verdadeiro desastre para o país. Somos nós, servidores públicos que fazemos a ligação entre o Estado e a população”. “Lutaremos por um país onde as pessoas tenham acesso aos serviços mais elementares para sua vida, continuaremos engajados, na luta por um Brasil livre e soberano. Viva os servidores e as servidoras na sua nobre função de servir ao país”, completou a parlamentar.

Luciana Liberato, representante do Fórum Baiano em Defesa do Serviço Público, combateu o discurso usado pelo governo de que o servidor um problema para a sociedade brasileira. “Criou-se uma falsa ideia de que o serviço público no Brasil tem excesso de funcionários. Estamos com bem menos efetivo que em países como Estados Unidos, Alemanha, Espanha e Portugal”, afirmou.

Professores da rede municipal pediram reajuste de salário. A categoria afirma que há seis anos os valores não são corrigidos. Além disso, os docentes disseram que faltam professores nas unidades, o que dificulta os trabalhos e prejudica os alunos.

Em São Paulo, o funcionalismo público municipal e federal somou forças em manifestação contra a destruição dos serviços públicos e contra a retirada de direitos dos trabalhadores. Os servidores municipais, que realizaram um ato na quarta-feira (27), além de se oporem à proposta da PEC 32, denunciaram o projeto de “reforma” da previdência municipal, o chamado SampaPrev 2, que, entre outros pontos, pode confiscar 14% do salário dos aposentados, incluindo aqueles que ganham um salário-mínimo (R\$ 1.100).

No Rio Grande Sul, movimentos e sindicatos realizam mobilizações no final da tarde, em frente à Prefeitura e também na porta do Palácio Piratini.

“A situação no Brasil é gravíssima, não só para os trabalhadores do setor, mas para a própria existência do serviço público, essa proteção social. Como o SUS, que se mostrou tão decisivo em um momento de pandemia, a Fiocruz, as pesquisas das universidades e institutos federais, que foram fundamentais nesse período de pandemia”, destaca a coordenadora geral do Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCS-PA e IFRS (Assufgrs), Berna Menezes.



Inflação desvia recursos dos salários para especuladores

Delfin Neto, pretérito ex-ministro da ditadura, em entrevista na GloboNews, no dia 26, declarou que para sair da crise atual é preciso “segurar os salários”. Na última pesquisa do IBGE, a renda do brasileiro caiu 10,2%.

A FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgou no dia 22 que dois terços dos reajustes salariais dos trabalhadores com carteira assinada, no mês de setembro, foram abaixo da inflação. O Dieese, Departamento Intersindical de Estudos Econômicos, informou que desde janeiro a metade dos reajustes foi abaixo da inflação.

A inflação medida pelo INPC, Índice Nacional de Preços ao Consumidor, rompeu a marca de dois dígitos e atingiu 10,4%. Fato é que o gás de cozinha aumentou 30%, a gasolina 73%, a carne 40% etc.

A alta generalizada foi provocada pela política do governo Bolsonaro, que estabeleceu a paridade dos preços dos combustíveis, dos minérios e dos alimentos aos preços internacionais, atrelados ao dólar, muito acima do custo de produção.

Situação “sui generis”, ou “o pior dos mundos”. É essa combinação danosa da recessão econômica, provocada por uma queda vertiginosa do poder de compra dos

trabalhadores, com a inflação, que surrupia mais outro tanto do salário, que é transferido para os especuladores e exportadores. É a estagflação, resultado da paralisação econômica desde 2014.

Há mais de 40 anos, em 1973, o índice de inflação foi falsificado de 34% para 12%, visando arrochar mais ainda os salários. Denunciado pelo DIEESE, em 1977, a descoberta do roubo, promovida por Delfin Neto, provocou uma onda de greves em centenas de fábricas, que ocorreram de forma espontânea e incontrolável, por fora da estrutura sindical, durante os anos de 78/79. A revolta desembocou na greve de São Bernardo, em 1980 e na greve geral em julho de 1983, que mudaram os destinos do país.

Nos dias de hoje, os caminhoneiros organizam uma greve em todo país, porque se sentem traídos pelo Bolsonaro. O diesel, que é 60% do custo do frete, subiu de 50 a 60% e, ainda por cima, o governo não cumpriu a promessa de estabelecer um piso mínimo de frete que cubra pelo menos os custos da viagem, pagamento das prestações do caminhão, manutenção, etc.

Portanto, a luta dos trabalhadores contra esse assalto é mais que provável, é inevitável.

CARLOS PEREIRA

Putin no G20: ações monopolistas impedem acesso amplo às vacinas



Manifestação contra o golpe na capital Centenas de milhares tomam as ruas do Sudão: "este país é nosso e nosso governo é civil"

Centenas de milhares de pessoas saíram às ruas de mais de 70 cidades do Sudão no sábado (30) para exigir o retorno à transição democrática após o golpe de Estado perpetrado na segunda-feira (25) pelo general Abdel Fattah Al Burhan.

Com bandeiras sudanesas, barricadas de pneus em chamas e cartazes, os manifestantes bradavam que "este país é nosso e nosso governo é civil".

Após o golpe, o Sudão foi suspenso da União Africana por violação constitucional. ONU e Liga Árabe condenaram o golpe e pediram a volta do governo de transição, instalado em 2019, depois do levante popular que depôs o regime de Omar Al Bashir, para organizar eleições gerais em 2023.

O primeiro-ministro Abdalla Hamdok, que está sob prisão domiciliar, pediu uma "desobediência civil" e "resistência pacífica" ao golpe. O general Al Burhan declarou dissolvido o conselho militar-civil, prometendo substituí-lo por um "governo tecnocrático" e mandou prender ministros e líderes civis.

O que um analista chamou de impor um "regime Bashir", mas "sem Bashir", que foi derrubado depois de 15 anos no poder.

Agora em novembro, pelo acordo de 2019 que constituiu o conselho militar-civil, a presidência do órgão deveria ser passada para um civil, deixando de ser encabeçado pelo general Al Burhan. Agora, as manifestações estão exigindo a completa transição para um governo civil, ao invés da manutenção do acerto, que foi rasgado, de um conselho militar-civil.

Desde a independência, o país tem vivido a maior parte do tempo sob governos militares.

TRÊS CIVIS MORTOS E 100 FERIDOS

Na repressão aos protestos, três manifestantes foram mortos e mais de 100 ficaram feridos, o que aumenta para 11 o saldo de mortos desde o golpe. Segundo o Comitê Central de Médicos Sudanenses, os três manifestantes foram mortos a tiros por forças de segurança na cidade gêmea da capital Cartum, Omdurman. A polícia sudanesa negou ter atirado na multidão.

As linhas telefônicas, que estavam em grande parte fora do ar no sábado, voltaram no domingo, exceto por interrupções intermitentes. Mas o acesso à Internet permanece cortado desde o golpe.

No domingo, o secretário-geral da ONU Antonio Guterres exortou os generais do Sudão a recuarem do golpe, aconselhando a "prestar atenção" aos protestos da véspera. "É hora de voltar aos arranjos constitucionais legítimos", sublinhou.

O enviado da ONU para o Sudão, Volker Perthes, disse que se reuniu com o primeiro-ministro. "Discutimos opções de mediação e o caminho a seguir para o Sudão. Vou continuar esses esforços com outras partes interessadas sudanesas", disse ele.

Segundo as agências de notícias, há rumores de que Al Burhan, dada a escala dos protestos contra o golpe, já admita restabelecer os três organismos criados para a transição democrática. Segundo uma fonte do gabinete do general, que solicitou anonimato, o general estaria considerando a devolução do cargo a Hamdok.

IMPASSES

O país vive uma situação complexa, com o primeiro-ministro Hamdok tendo ido ao FMI, que impôs corte de subsídios para os combustíveis e de programas sociais. Os preços nas bombas dobraram, o que, somado ao fim da taxa de câmbio fixa do Sudão, também imposto pelo Fundo, fez a inflação ir a mais de 400%. Para complicar, ocorreram graves inundações.

Grupos ligados ao deposto Bashir também bloquearam o acesso ao principal porto do país, Port Sudan, causando escassez de alimentos e suprimentos, após o governo de transição ter aceitado entregar Al Bashir ao Tribunal Penal Internacional.

Por outro lado, o governo dos Estados Unidos forçou o Sudão a estabelecer relações diplomáticas com Israel, como pré-condição para retirar o país da lista de atingidos por sanções por supostamente "promover terrorismo" e para não vetar o empréstimo pedido ao FMI – isso em um país em que a população tem enorme apreço pelos palestinos.

Sob as sanções que agora Washington ameaça retomar, 80% da população de 40 milhões vivia com menos de US\$ 1 por dia e quase 3 milhões de crianças sofrem de desnutrição aguda.

O plano de pacificação do país também empacou, com pelo menos dois grupos armados, um deles de Darfur, se recusando a assiná-lo. O pacto de pacificação já havia sido assinado pelos militares sudaneses.



"É urgente que os países trabalhem pela mútua aceitação das diversas vacinas"

Quem vamos invadir agora?

Reproduzimos aqui o artigo de Iso Sendacz, que o intitulou com o mesmo nome do filme mais recente do cineasta Michael Moore, onde ele repudia as invasões perpetradas pelos Estados Unidos, enquanto ressalta o que, de fato, os EUA deveriam aprender com os demais povos. Segue o artigo.

ISO SENDACZ*

O cineasta Michael Moore é bastante conhecido por seus documentários criticarem de forma contundente e bem-humorada os seus Estados Unidos da América. Da sua câmera, Tiros em Columbine, sobre adolescentes armados na escola, Fahrenheit – 11 de Setembro, em torno do atentado famoso, e Sicko, uma digressão sobre o sistema estadunidense privado de saúde.

Sua obra-prima mais recente dá título a este artigo: Quem vamos invadir agora?

Moore "demite" a direção do Pentágono pelos sucessivos fracassos na Coreia, Vietnã e países árabes, que sequer petróleo barato retornaram aos EUA, e resolve ele mesmo invadir países da Europa, em busca de coisas que os Estados Unidos necessitam. Não em um porta-aviões atômico, como eles gostariam...

Da sua viagem, conquistou muitas ideias, aplicadas em países de distintas civilizações:

Na Itália, conheceu as férias remuneradas de 8 semanas, acompanhadas de 13º salário e licença maternidade, além da satisfação dos magnatas industriais em ter sob suas ordens trabalhadores felizes.

Na França, amou com as crianças em escola pública um recorrente e sofisticado cardápio com quatro pratos, preparados por um chef. Na Finlândia, país onde é proibida a educação privada, conheceu o sistema universal de educação, considerado o número um do planeta – e sem testes de múltipla escolha nem pilhas de deveres extracurriculares que impeçam a criança de viver a sua idade.

Chegando à Eslovênia, conheceu uma criatura fantástica: o estudante universitário



Moore: que EUA não ataque, mas aprenda com os povos

sem dívidas escolares. Ensino superior gratuito, inclusive para estrangeiros. A juventude eslovena derrubou o ministro que pensou em começar a cobrar...

De lá para a Alemanha, onde o dia laboral encerra às 15 horas e o resto da tarde é usado para aproveitar o sol e tomar um café na praça. Aos que se estressam, o spa é público e gratuito. Tudo isso hoje sem renegar o passado tenebroso do país, todas as escolas formam jovens para que nunca mais se repitam os horrores do nazismo.

O estadunidense chega a Portugal em um Primeiro de Maio e acompanha os protestos dos trabalhadores do país. Mas a questão central é que na "terrinhã" não se pode prender ninguém por porte de drogas, descriminalizadas. A medida de direitos humanos fez reduzir não só o consumo como os crimes a ela associados.

Na Noruega distante, Moore conheceu o sistema prisional. Sim, lá os presos, além de estudarem, andam de bicicleta, nadam no rio, têm a chave da própria cela. E, mesmo na segurança máxima, os agentes se armam apenas com palavras.

O cineasta e sua modesta equipe ainda "invadiram" a Tunísia e a Islândia, para apreender o direito conquistado das mulheres à igualdade de oportunidades na sociedade. Mostrou disso, além da primeira mandatária feminina do mundo no país insular, foram a clínica reprodutiva no país africano mugulmano e o fato de o único banco islandês não afundar na crise de 2008 ser

o dirigido por mulheres. Na ilha, inclusive, 70 banqueiros foram processados por imprudência (muitos presos), por perderem o dinheiro todo dos depositantes.

Os EUA, explica a seção final do documentário, carecem de muitas das conquistas vistas em outros países: uma terra que oculta sua história e serve-se à larga da ampla população encarcerada como mão-de-obra escrava do século 21. A reincidência criminal dos que saem do cárcere, aliás, é quatro vezes superior ao da Finlândia.

As autoridades visitadas, no entanto, informaram que muitos dos benefícios mostrados tiveram sua origem nos EUA: os pais fundadores da pátria norte-americana asseguraram que todos nasceram iguais e a ninguém será dado tratamento cruel ou desumano. E o primeiro Primeiro de Maio ocorreu na terra do tio Sam.

Veja o filme no link: <https://www.youtube.com/watch?v=dSSbXvBPo-U>

Equador para contra a disparada nos preços dos combustíveis

Impulsionadas por mais um aumento de até 12% nos combustíveis (com uma elevação dos preços acumulada de 90% desde 2020), as mobilizações de camponeses, estudantes e trabalhadores no Equador – as maiores em cinco meses de governo de Guillermo Lasso – se repetiram pelo segundo dia consecutivo, na quarta-feira (27).

Indignados com as repercussões desses aumentos nas condições de vida da população mais vulnerável, os manifestantes bloquearam estradas em 10 das 24 províncias do país contra a política econômica do governo que também envolve desemprego, condições precárias de trabalho e salários baixos.

O presidente, sem conseguir dar uma resposta às reivindicações, durante a noite da quarta-feira convidou a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), uma das principais organizações que

organizam o protesto, para se reunir no Palácio Carondelet, sede do governo, no dia 10 de novembro.

Os bloqueios foram feitos com pedras, troncos, toras e pneus em chamas em vários pontos da Rodovia Pan-americana, saída norte de Quito. Manifestantes, muitos deles trabalhadores em greve, se reuniram em uma colina próxima para fortalecer as barricadas na artéria principal que liga a capital equatoriana com a Colômbia através da área andina. "Fechamos as pistas com entulho reunido em caçambas. O governo fez besteira aumentando a gasolina o tempo todo e não vamos permitir", disse Dennis Viteri, operário têxtil de 28 anos.

O escândalo dos Pandora Papers, nos quais propriedades e contas do presidente equatoriano apareceram em paraísos fiscais, também pesou nas manifestações. "O atual ciclo

"O acesso às vacinas ainda não está disponível a todos os povos que as necessitam", alertou o presidente da Rússia, Vladimir Putin, na Conferência do G20 em Roma

“Queria chamar a atenção para o fato de que, apesar da decisão do G20, o acesso às vacinas e a outros recursos vitais continua a não estar disponível para todos os países necessitados. Isso acontece inclusive devido à concorrência, creio eu, desleal, ao protecionismo, ao fato de vários países, inclusive países do G20, não estarem preparados para reconhecer mutuamente as vacinas e os certificados de vacinação”, afirmou o presidente russo, Vladimir Putin em sua participação na Conferência do G20.

Putin exortou a acelerar a aprovação de vacinas de outros países, em vez de praticar protecionismo nessa questão. "Promoamos aos ministros da Saúde dos países do G20 ponderar nos prazos mais curtos a questão do reconhecimento mútuo dos certificados de vacinação nacionais", declarou o líder russo.

"OMS DEVE AGIR RÁPIDO"

Putin acrescentou que "se coloca a questão urgente da Organização Mundial da Saúde de acelerar a questão da pré-qualificação de novas vacinas e medicamentos, ou seja, avaliar a qualidade de sua segurança e eficácia".

"Tenho a certeza de que, quanto mais rápido isso for feito, mais fácil será retomar a atividade empresarial mundial, inclusive a que sofreu mais, a atividade turística", sublinhou o presidente da Rússia.

Em sua participação, por videoconferência, na Cúpula do G20 que acontece neste sábado e domingo, Putin enfatizou que a vacina russa Sputnik V já foi aprovada para uso em mais de 70 países cuja população combinada é de 4 bilhões de pessoas.

"Isso demonstra sua segurança e eficácia", acrescentou, informando que parceiros europeus estão colaborando com o acompanhamento do uso e resultados da vacina.

Putin alertou que, dadas as alterações no coronavírus, devem ser tomados procedimentos para a modernização das vacinas de forma rápida para que elas sigam efetivas.

O presidente russo destacou que Moscou "sempre deu as boas-vindas e continuará a instar os países do G20 a assistirem os países mais pobres e apoiar todos os esforços neste sentido", no acesso às vacinas e na recuperação das economias "sem isso não é possível almejar o desenvolvimento global de longo prazo".

Ele também abordou a questão da segurança energética e da estabilidade dos mercados globais de energia.

Xi: "Restauração da China na ONU, uma vitória dos povos há 50 anos"

Em cerimônia presidida pelo presidente Xi Jinping, a China comemorou os 50 anos da restauração da legítima representação do povo chinês na ONU. "Hoje, há cinquenta anos, a 26ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, por esmagadora maioria, a Resolução 2758, e foi tomada a decisão de restaurar todos os direitos da República Popular da China nas Nações Unidas e reconhecer os representantes do governo

China como os únicos representantes legítimos da China nas ONU", afirmou o líder chinês. "Foi uma vitória para o povo chinês e uma vitória para os povos do mundo", acrescentou Xi.

"A restauração da sede legal da Nova China na ONU foi um evento importante para o mundo e para as Nações Unidas. Foi o resultado de esforços conjuntos de todos os países amantes da paz que lutaram pela justiça no mundo", enfatizou.

A Resolução 2758 reconheceu oficialmente a República Popular da China como "único representante legítimo da China perante as Nações Unidas" e removeu "os representantes de Chiang Kai-shek dos cargos anteriormente ocupados ilegalmente" na organização.

Inscreevou na ONU o princípio de "Uma Só China" e enviou a próxima semana uma convenção nacional na qual buscarão promover uma greve nacional.

"A estabilidade dos mercados energéticos mundiais depende diretamente da responsabilidade de todos os seus participantes, tanto dos produtores como dos consumidores, considerando os interesses de longo prazo dos dois lados. A Rússia é a favor de uma discussão detalhada e pragmática, apenas com base em considerações econômicas", de acordo com Putin.

A Rússia defende a cooperação em todas as esferas sem discriminações, afirmou Vladimir Putin.

"A garantia de uma recuperação sólida e a longo prazo da economia global, do aumento do padrão de vida e do bem-estar da população, passa por assegurar as condições para uma cooperação não discriminatória, em pé de igualdade, de todos os países e povos. Entendemos que é esta a tarefa-chave do G20 como fórum das principais economias mundiais", apontou o presidente russo.

Na opinião do líder da Rússia, o país tem muitos pontos em comum com o G20 nas questões da saúde e do desenvolvimento econômico, acrescentando que, tendo em conta a profunda crise no ano passado devido à pandemia, as autoridades dos países do G20 e de outros países do mundo decidiram aumentar significativamente os déficits orçamentários, o que permitiu em grande parte iniciar a recuperação da economia mundial.

Ao mesmo tempo, medidas extraordinárias, que impliquem a compra de dívidas por bancos centrais, devem ser limitadas no tempo, acrescentou Putin. Segundo o presidente, medidas excessivas de estímulo fizeram aumentar os preços dos ativos financeiros, da energia, alimentos e resultaram em instabilidade geral.

"A manutenção destas medidas cria o risco de alta inflação global em uma perspectiva de médio prazo. Isso não só aumenta os riscos de a atividade empresarial baixar, mas também reforça e agrava a desigualdade", advertiu o líder russo.

"Por isso é importante não permitir o descontrole da espiral estagflacionária [combinação de estagnação econômica e inflação] e, em vez disso, procurar normalizar as políticas orçamentária e creditícia, aumentar a qualidade de gestão da estrutura da demanda na economia, definir as prioridades econômicas, principalmente com vista a ultrapassar os problemas da desigualdade e a aumentar o bem-estar dos cidadãos", comentou ele.

que Trump tentou ressuscitar. Como ficou patente na época, não havia antes nenhuma "soberania" de Taiwan, que inclusive foi libertada da ocupação japonesa.

A China era fundadora da ONU, mas o regime do Kuomintang, derrotado pela revolução, e que se refugiara em Taiwan sob proteção da frota norte-americana, encenou por duas décadas falar pelo "povo chinês". Na iminência do colapso do regime fantoche de Saigon e passadas duas décadas da derrota dos EUA na Coreia, aquela altura não havia mais sustentação no plano internacional para a farsa patrocinada por Washington.

76 membros da organização, incluindo a União Soviética, Índia, Reino Unido, França e a maioria dos países europeus votaram a favor, enquanto que 35 países, encabeçados pelos EUA, posicionaram-se contra. No dia 15 de novembro de 1971, o povo chinês tomou seu lugar na Assembleia Geral da ONU e, no dia 23, no Conselho de Segurança.

Em seu discurso pela data, o presidente Xi reafirmou o compromisso da China com o caminho do desenvolvimento pacífico e da cooperação ganha-ganha e reiterou que a China será sempre um construtor da paz mundial.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

“Garantia dos EUA que não torturará Assange não vale o papel onde está escrito”, diz Anistia Internacional

Julian Assange, fundador do WikiLeaks, está sendo perseguido por ter denunciado inúmeros crimes de guerra e contra os direitos humanos dos EUA no Iraque e no Afeganistão. “A estratégia dos Estados Unidos é manter Julian Assange, que continua preso com Covid-19 no Reino Unido, detido o máximo possível. É uma espécie de condenação à morte lenta”, afirmou a representante da Anistia Internacional, Julia Hall, para quem a hora é de ampliar a campanha pela libertação do fundador do WikiLeaks.

Em entrevista ao jornal El Fatto Quotidiano, Julia Hall disse que não vale o papel onde estão escritas as “garantias diplomáticas” oferecidas pelo governo de Washington de que o fundador do WikiLeaks não seria mais trancafiado em ADX Florence, uma das mais cruéis prisões estadunidenses, nem sujeito ao regime desumano das denominadas “Medidas Administrativas Especiais” (SAMs). “Não sou especialista forense ou médica em tortura, mas o que posso dizer é que os padrões internacionais serão violados se ele for transferido para os Estados Unidos, e temos sérias preocupações sobre o processo”, enfatizou.

“Tínhamos alguma esperança no início do governo Biden, mas foi realmente muito decepcionante”, assinalou Julia Hall, condenando a extradição do ativista australiano como um atentado à democracia e aos direitos humanos.

“Os Estados Unidos facilitaram muito a nossa oposição à extradição, porque deram com uma das mãos e tiraram com a outra. Eles falam: nós garantimos que ele não ficará preso em um estabelecimento de segurança máxima, não será submetido às SAMs, e terá assistência médica. Mas se ele fizer algo que não gostamos, nós nos reservamos o direito de não garantir, nos reservamos o direito de colocá-lo em uma instalação de segurança máxima, nos reservamos o direito de oferecer-lhe Medidas Administrativas Especiais. Essas não são garantias de forma alguma. Não é tão difícil perceber que são obviamente não confiáveis, pois prometem fazer algo mas se reservam o direito de quebrar a promessa”, acrescentou.

A representante da Anistia Internacional recordou que para a juíza, Vanessa Bairtser, que negou a extradição em janeiro passado, “de acordo com a seção 91 do Tratado de Extradição, seria opressor enviar Assange a uma prisão nos Estados Unidos, onde ele poderia ser submetido a condições que poderiam levá-lo a automutilação ou suicídio”. Deixando claro, observou: “você não está diante de um estado onde a proibição da tortura é absoluto”.

Julia Hall é clara ao advertir que “o confinamento solitário prolongado que existe em instalações de segurança máxima, no caso de ficar sujeito às Medidas Administrativas Especiais, é uma violação da proibição de tortura”. “A proibição da tortura não pode ser condicionada a nada, precisa ser uma proibição absoluta. Não importa o que você faça, de acordo com as leis internacionais, ninguém pode ser torturado”, frisou.

Coincidindo com o início da audiência que estuda a possível extradição, o advogado de Assange, Aitor Martínez, declarou que “Estados Unidos não é país confiável para entregar qualquer pessoa, no âmbito de qualquer garantia diplomática”. Martínez destacou que esta “é uma ação judicial que afeta a liberdade de imprensa no mundo como um todo, porque o que os EUA criminalizam é a publicação de informações verídicas de fontes anônimas, com as quais o cometimento de graves crimes internacionais, como os crimes de guerra cometidos no Iraque e no Afeganistão”. Nesse sentido, o advogado advertiu que este caso estabelece um “precedente muito sério para a comunidade de mídia livre no mundo”, de modo que praticamente todas as organizações de direitos humanos se posicionaram contra o governo de Washington.

PIB da China cresce a uma taxa de 9,8% nos três primeiros trimestres



Operário do controle checa qualidade de peça de veículos em fábrica de Pequim

EUA desacelera PIB para 0,5% no terceiro trimestre

Num resultado que comentaristas classificaram de “ruim, mas não tão ruim quanto poderia ter sido”, a economia dos EUA desacelerou de 6,7% anualizados para 2,0%, do segundo para o terceiro trimestre, como anunciado pelo Bureau de Análise Econômica (BEA, na sigla em inglês) do Departamento do Comércio.

Um resultado raquítico, que indica que, depois de cair em flecha (-31,2%) sob a pandemia, e subir em flecha (+33,8%) com a recuperação, a economia dos EUA marcha de volta para aquele patamar pavoroso de 2% ao ano com que tem se arrastado há mais de uma década, fruto da financeirização, monopolização e perda de produtividade e carência de inovação.

A propósito, os ‘6,7%’ do segundo trimestre parecem coisa melhor, só porque a base de comparação é o fundo do poço, no auge da pandemia nos EUA no 2º trimestre de 2020. A que se somou a prestidigitação que é a “anualização” à americana: a variação do PIB real de um trimestre multiplicada por quatro, como se fosse repetida em quatro trimestres (1 ano).

Assim, quando a comparação é a que a maioria dos países fazem, inclusive o Brasil, os 2% indicam na real 0,5% em relação ao trimestre anterior. Segundo o BEA, a desaceleração do PIB no terceiro trimestre foi puxada pela freada nos gastos do consumidor, que desabou de 12,0% para 1,6% (tudo ‘anualizado’, como explicado).

A explicação é que confluíram fatores como escassez/gargalos de transporte [problemas nas cadeias de suprimentos e, portanto, prateleiras e vitrines vazias] e preços em alta, aliados ao recrudescimento da pande-



Busca por emprego em Los Angeles (John Locher/AP)

mia essencialmente entre os não vacinados, devido à variante Delta.

O que levou em algumas regiões a atrasos na reabertura de estabelecimentos e reintrodução de restrições e ainda atingiu os gastos com bens e serviços.

Claro: também contribuiu o encerramento, em setembro, da ajuda de emergência federal ao seguro-desemprego. Em consequência, como assinalou Paul Ashworth, da Capital Economics, a renda pessoal real disponível diminuiu 5,6% anualizada, com o taxa de poupança caindo para 8,9%, de 10,5%.

Assim, a taxa de poupança voltou ao seu nível pré-pandemia, deixando muito menos espaço para as famílias aumentarem seus gastos. Só em setembro, a renda pessoal real diminuiu 1,6%, o segundo mês de queda.

A contribuição dos investimentos fixos para esse re-

sultado, no trimestre julho-setembro, foi um quarto da que houve no anterior. Nos bens duráveis, a contribuição do consumo de veículos/peças para o crescimento geral do PIB foi a segunda pior desde 1980.

Com os microchips embarcados em falta nas fábricas, os estoques nas concessionárias de automóveis entraram em colapso e as vendas de veículos novos despencaram.

A produção de veículos motorizados caiu 8,3% no trimestre, a primeira queda trimestral desde os últimos três meses de 2020. A falta de chips ameaça durar não apenas no próximo ano, mas ir até 2023, segundo a Ford.

Pelo lado do comércio exterior, o déficit comercial piorou drasticamente, com o saldo (exportações menos importações) indo a US\$ 67 bilhões no período (5,4%). Exportações aumentam o PIB e importações o diminuem.

Leia mais no site do HP

Moscou rechaça ministra alemã sobre ‘conter Rússia com armas nucleares’

“A chefe do Ministério da Defesa da República Federal da Alemanha ... fez algumas declarações absolutamente inadmissíveis sobre conter a Rússia e a possibilidade de usar ... armas nucleares”, disse Zakharova.

O roubo de Kramp-Karrenbauer foi prontamente repudiado também na Alemanha, com o líder dos social-democratas no Bundestag (parlamento), Rolf Mützenich, cujo partido venceu as recentes eleições, exigindo que ela “não sobrecarregue a política do novo governo alemão” com tais declarações, que chamou de “irresponsáveis”.

“As recentes conclusões da ministra da Defesa sobre o uso de armas nucleares no conflito com a Rússia são irresponsáveis”, disse Mützenich em entrevista ao Deutsche Presse-Agentur.

“Não está claro para mim se a ministra estava se referindo às armas nucleares armazenadas na Alemanha”, disse ele, sobre a questão óbvia de que são norte-americanas e de uso decidido por Washington, e que sobre isso Kramp-Karrenbauer não de-

cide nada. Ele acrescentou ter pedido a ela “que não sobrecarregue a política do novo governo alemão”.

A declaração da ministra foi feita em resposta a um jornalista da Rádio Deutschlandfunk sobre possíveis cenários da Otan para intimidar a Rússia, incluindo o uso de armas nucleares.

Em Moscou, o ministro da Defesa russo, Sergei Shoigu, reagiu à provocação, lembrando “como isso já acabou para a Alemanha e a Europa, a ministra da Defesa da Alemanha deve saber muito bem”. Ele acrescentou que, em meio a essas exortações a ‘conter a Rússia’, é a Otan que tem consistentemente deslocado forças para as fronteiras russas.

Segundo ele, a segurança na Europa só pode ser geral, que leve em consideração os interesses de todas as partes. No entanto, assinalou, é a Aliança do Atlântico Norte que não está preparada para um diálogo de igual para igual sobre esta questão.

Após o incidente, a Rússia convocou o adido militar alemão para esclarecer a ameaça. Analistas aventaram a hipótese de que o roubo de Kramp-Karrenbauer seja um gesto teatral, voltado para cacifá-la como eventual substituta do atual secretário-geral da Otan, o norueguês Jens Stoltenberg.

Na cúpula de Bruxelas, a Otan fez o anúncio de que desenvolveu um novo ‘plano mestre’ – ou seria um ‘plano infalível’? – contra suposto ‘ataque russo’. O plano em si é secreto, mas as informações disponíveis apontam que se concentra em uma guerra não convencional, incluindo ataques nucleares, guerra cibernética e até mesmo guerra no espaço. Geograficamente, cobre toda a extensão da fronteira da Otan com a Rússia, do Báltico ao Mar Negro. O plano recebeu o pomposo título de ‘Conceito de Dissuasão e Defesa na Área Euro-Atlântica’.

Matéria completa no site HP

Durante esse período, o consumo final contribuiu com 64,8% para o crescimento econômico da China, 3,1 pontos percentuais a mais do que o nível verificado no primeiro semestre, segundo dados oficiais

Avaliando como está a economia da China, neste ano que dá a partida ao 14º Plano Quinquenal de desenvolvimento, a agência de notícias Xinhua registrou que no agregado dos primeiros três trimestres a China registrou uma expansão do PIB de 9,8%, bem acima da anunciada meta “de mais de 6%” de crescimento anual.

Quanto ao terceiro trimestre, o PIB da China desacelerou para 4,9% com relação a mesmo período do ano anterior, depois de ter alcançado 7,9% no segundo trimestre e 18,3% no primeiro trimestre (que no caso chinês é o momento de fundo do poço na pandemia).

Essa desaceleração no terceiro trimestre reflete por um lado o fato de que a base de comparação é nitidamente mais elevada no período e, por outro, contratempos como o ressurgimento de focos de Covid-19 no continente, embora logo debelados, fortes inundações em algumas regiões, problemas com a geração de energia e a escassez mundial de microchips.

Para especialistas ouvidos pela Xinhua, esses resultados parciais demonstram que está inteiramente dentro das possibilidades da China atingir as metas propostas de desenvolvimento social e econômico para o ano de 2021, e que o ímpeto de desenvolvimento econômico de longo prazo permanece inalterado.

DEMANDA DOMÉSTICA

As vendas no varejo de bens de consumo na China aumentaram 16,4% com relação ao ano anterior nos primeiros três trimestres de 2021, mais lentas do que os 23% observados no primeiro semestre. O investimento em ativos fixos do país aumentou 7,3% com relação ao ano anterior, ante 12,6% nos primeiros seis meses.

Apesar dessa desaceleração, a China tem persistido na expansão da demanda doméstica graças ao mercado interno de mais de 1,4 bilhão de pessoas, às políticas eficazes para impulsionar o consumo e ao progresso constante nos principais projetos do país definidos para o 14º Plano Quinquenal.

Nos três primeiros trimestres, o consumo final contribuiu com 64,8% para o crescimento econômico da China, 3,1 pontos percentuais a mais do que o nível verificado no primeiro semestre, segundo dados oficiais.

O comércio exterior da China – o outro esteio do crescimento de ‘dupla circulação’ – teve um desempenho estelar nos primeiros três trimestres, com o total de importações e exportações expandindo 22,7% ano a ano para 28,33 trilhões de yuans (cerca de US\$ 4,43 trilhões), superando as expectativas do mercado e desempenhando um papel maior no crescimento.

Para a Xinhua, o comércio exterior do país tende a crescer a um ritmo mais lento a partir de agora. Mas as autoridades estimam que os pedidos permaneçam suficientes até o segundo trimestre do próximo ano.

Desde o início deste ano, o desenvolvimento de alta qualidade tornou-se uma marca mais distinta do crescimento da China, sublinhou a Xinhua, com a economia do país vendo estruturas otimizadas, qualidade de desenvolvimento melhorada e impulso de crescimento mais forte.

A reforma estrutural tem progredido de maneira sólida, como se manifesta na taxa estável de utilização da capacidade industrial, na proporção de ativos e passivos em declínio das empresas e na rápida expansão do investimento em elos fracos, como educação e saúde.

Apesar dos avanços alcançados, as autoridades alertam que pode ocorrer um excesso de capacidade de produção, à medida que outros países vão reabrindo

gradativamente suas fábricas, levando a uma retração nas exportações provenientes da China.

Lidar com os desafios enfrentados pelo crescimento econômico da China – sinaliza a Xinhua – requer um foco inabalável na reestruturação econômica. Em uma reunião importante realizada em julho, os legisladores da China se comprometeram a apertar o limite de uso de energia nas indústrias intensivas em energia e anunciaram que serão tomadas medidas para evitar o uso do setor imobiliário como um estímulo econômico de curto prazo e para acelerar o desenvolvimento de moradias de aluguel a preços acessíveis.

ENERGIA

Desde meados de setembro, o fornecimento de energia em todo o país tem estado restrito, refletindo o desequilíbrio entre a oferta e a demanda de energia, especialmente o carvão. Cortes de energia ocorreram em certas áreas de 23 a 26 de setembro, causando grande preocupação na sociedade.

Para fazer face à situação, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma anunciou medidas, que incluem a intervenção legal nos preços do carvão, para trazer o mercado do carvão de volta à racionalidade e garantir um abastecimento estável de energia.

A Administração Nacional de Energia anunciou recentemente que irá promover a integração de novos projetos de geração de energia e melhorar ainda mais a capacidade de fornecimento de energia.

Um mecanismo de precificação aprimorado para energia a carvão também foi lançado para aprofundar a reforma de preços orientada para o mercado no setor.

Diante das medidas de guerra comercial e tecnológica tomadas pelos EUA, a que se somam os efeitos da pandemia de Covid-19, a estabilidade da cadeia industrial global e o fluxo regular da cadeia de suprimento global vêm sendo confrontados com desafios sem precedentes.

Graças à capacidade demonstrada pela China de conter a pandemia em seu território, no que toca à China o quadro é de retorno à operação estável das cadeias de suprimentos.

As estatísticas mostram que mais de 90 por cento das empresas estrangeiras na China operam principalmente no mercado chinês. Com uma população de 1,4 bilhão e mais de 400 milhões de pessoas na classe média, a China tem um mercado consumidor de tamanho e potencial de crescimento incomparáveis.

Além disso, como enfatiza a Xinhua, as vantagens abrangentes de instalações industriais completas, infraestrutura completa e recursos humanos abundantes tornaram-se ímãs para o investimento estrangeiro, fazendo com que o ide (investimento direto estrangeiro) no continente chinês, no período de janeiro a setembro, haja crescido a dois dígitos.

PROSPERIDADE COMUM

Desde o início do ano, a China tomou uma série de medidas para promover a prosperidade comum. Em vez de ter apenas algumas pessoas prósperas, a prosperidade comum, que é um requisito essencial do socialismo, refere-se à riqueza compartilhada por todos, física e intelectualmente, destaca a agência de notícias chinesa.

A China tem gradualmente colocado a prosperidade comum em uma posição mais proeminente desde o 18º Congresso Nacional do Partido Comunista da China em 2012. Agora, tendo alcançado a vitória na luta contra a pobreza e na construção de uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos, o país tem condições favoráveis para promover a prosperidade comum.

Matéria completa no site do HP

Chile celebra aniversário do levante pela democracia

Nesta segunda-feira, 25 de outubro, os chilenos comemoraram o segundo aniversário da histórica marcha de um milhão de pessoas em Santiago durante o levante social e ainda o primeiro ano do plebiscito em que mais de 78% dos votantes decidiram mudar a Constituição herdada da ditadura de Pinochet (1973-1990).

Conforme os organizadores, duas demonstrações de força que de forma pacífica e institucional conseguiram iniciar transformações profundas na sociedade. Um povo que tomou as ruas de Norte a Sul para condenar o neoliberalismo, a entrega do patrimônio público ao grande capital nacional e estrangeiro, o arrocho salarial e a anulação de direitos sociais e trabalhistas conquistados antes da ditadura.

No marco desta data histórica para os chilenos, a Organização das Nações Unidas (ONU) denunciou que continuam as violações aos direitos humanos – que deixaram cerca de 500 manifestantes cegos ou com perda de visão devido a tiros com balas de aço cobertas com borracha – com vários

presos políticos, e que o resultado da prestação de contas pelo governo de Sebastián Piñera continua sendo “incerto”.

De certo mesmo, como confirmaram os Pandora Papers, são as contas de Piñera em paraísos fiscais e de que a quarta maior fortuna do Chile construiu sua riqueza às custas de negociatas com o patrimônio público e de crimes ambientais.

O candidato à presidência pelo Aprove a Dignidade, Gabriel Boric lançou, ao lado dos candidatos ao parlamento, um “Manifesto para as transformações”, comemorando a data como uma conquista do povo chileno. No documento, a frente oposicionista destacou que “o processo constituinte nos permitirá construir as bases de uma ordem distinta, que ponha fim ao neoliberalismo e abra caminho para uma sociedade que supere a desigualdade, garanta direitos sociais, integre todas as identidades, culturas e povos, proteja nossos bens comuns naturais, distribua a riqueza e o poder de maneira justa e que democratize e descentralize o país”.

Leia mais no site do HP

Fernando Siqueira: Bendine abriu o caminho para o PPI

“O PPI (Preço de Paridade Internacional) é uma excrescência altamente danosa ao Povo brasileiro e à Petrobrás”, afirma o especialista Fernando Siqueira, em artigo publicado no site da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet).

Segundo Siqueira, ex-presidente e atual diretor Administrativo da entidade, “a produção de petróleo no País já está no nível do consumo. Portanto, não tem o menor sentido o povo pagar o preço internacional inflado pelas despesas de impor-

tação. O PPI foi o grande responsável pela inflação acima de 10% nos últimos doze meses”.

“Não foi para isto que o povo foi às ruas na década de 50 para participar do maior movimento cívico da história do Brasil para criar o monopólio do Petróleo e a Petrobrás para executá-lo. Estão impedindo a Companhia de cumprir a função social para a qual ela foi criada através da memorável campanha “o petróleo é nosso””, afirmou.

Reproduzimos a seguir o artigo.

FERNANDO SIQUEIRA *

Enfraquecida politicamente, Dilma Rousseff nomeou o oportunista Bendine, que deu início ao atual desmonte da Petrobrás

Em 2013, já estando aprovada a Lei de Partilha, a 12351/10, que retomou a propriedade da União sobre as jazidas de petróleo; a Lei 12276/10 que instituiu a cessão onerosa de 7 áreas à Petrobrás e a Lei 12734/12, que reformulou os royalties sobre o petróleo e que proibiu o ressarcimento deles, previsto no artigo 42 de Lei 12351, o Governo Dilma começou a se enfraquecer e se desgastar. Em abril houve um congresso sobre petróleo no Rio de Janeiro em que a tônica foi a defesa da reabertura dos leilões de áreas potenciais produtoras. O ministro Edson Lobão, de Minas e Energia, falou no fechamento do congresso, prometendo reabrir os leilões.

31 de maio/2013, Joe Biden se reuniu com a presidente Dilma Rousseff, em Brasília, conversou sobre energia e, certamente, fez lobby pelos leilões de petróleo. Depois teve encontro de trabalho com o vice Michel Temer. Biden também se reuniu com a Graça Foster, então presidente da Petrobrás;

Junho/2013 – Convocado, via internet, por duas organizações internacionais: Anonimous e Black Blocs, um movimento de rua eclodiu por todo o País e derrubou de 70% para 30% a aprovação do Governo Dilma. Pressionada, Dilma resolveu leiloar o campo de Libra, um dos maiores do pré-sal. Foi um leilão muito ruim para o Brasil, até porque a participação da União foi inferior a 40% e o edital criou uma tabela 13, em que essa participação cai drasticamente. No mundo, os países exportadores de petróleo ficam com 82% do petróleo produzido em seu território.

Setembro/2013 – Edward Snowden vazou para o jornal The Guardian uma série de documentos mostrando que a Agência de Segurança Nacional – NSA, dos EUA, espionava a Petrobrás, inclusive sobre dados da camada do pré-sal. Segundo a imprensa, até os prontuários médicos da presidente foram espionados. Foi aberta uma CPI sobre o assunto, cogitando-se cancelar o leilão de Libra devido a essa espionagem. Em seu depoimento à CPI, a presidente Graça Foster afirmou que o Banco de dados da Petrobrás era muito seguro, pois tinha em sua operação 16 empresas brasileiras, 14 americanas e 5 de outros países, incluindo Chile e Japão. E mais: segundo ela, a criptografia dos dados é feita por três empresas americanas! Ou seja, um bando de raposas para

um único galinheiro.

Dilma, muito fraca politicamente foi cedendo às pressões e sucumbiu a ponto de se posicionar a favor do projeto do Senador José Serra, que tirava da Petrobrás a condição de operadora única do pré-sal e de uma participação obrigatória mínima de 30% nos leilões daquela área. Serra havia prometido à Chevron atuar contra a Lei de Partilha. A bancada do PT no Senado ficou estarelecida com a posição de Dilma.

Março/2014 – teve início a operação lava-jato para investigar a corrupção na Petrobrás. A grande mídia, que sempre defendeu a desnacionalização da Companhia, fez um imenso estardalhaço. O Jornal Nacional era ilustrado por um oleoduto enferrujado jorrando dinheiro.

Fevereiro/2015 – a auditora americana Price Waterhouse ficou mal na fita ao não encontrar as irregularidades na Petrobrás durante os seus vários anos como auditora independente. Assim, a PWC resolveu jogar pesado e se recusava a assinar o balanço da Petrobrás, a menos que uma série de exigências fosse atendida (se a Price não assinasse o balanço causaria grande transtorno à Petrobrás, pois segundo alegado, teoricamente, ela seria obrigada a quitar as suas dívidas contraídas para produzir o pré-sal). Exigências: a desvalorização brutal de ativos, o desinvestimento – venda de ativos – e a elevação do preço dos derivados de petróleo. Dilma então nomeou Aldemir Bendine para tratar da questão. A PWC, que é empresa americana, aproveitou para defender o interesse dos EUA, que tem alto interesse no pré-sal. É alto consumidor e tem baixas reservas de petróleo.

Assim, Bendine, oportunista, assumiu e logo criou um programa de desinvestimentos de R\$ 15 bilhões, fez grande desvalorização de ativos (impairments) e elevou os preços dos derivados ao nível dos preços internacionais. Dando início a um grande processo inflacionário no País.

Maio/2016 – com o afastamento da presidente Dilma pelo Senado, Michel Temer assumiu interinamente a presidência e, em 31/08/2016, ele tomou posse como presidente definitivo da República. Segundo o jornalista Glenn Greenwald, do Intercept Brasil, logo que assumiu, Temer foi aos EUA para receber instruções. Na volta, nomeou Pedro Parente para presidente da Petrobrás e para retomar o processo de privatização que, junto com Reichstul, ele aplicava na Companhia em 2001, quando venderam ativos e até



Fernando Siqueira. Foto: Thiago Lontra/Alerj

ciativa; V – o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

Art. 4º VI – defesa da paz; VII – solução pacífica dos conflitos;

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; (o presidente discrimina as mulheres); II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; (o presidente defende a tortura e torturadores)

Como os poderes Legislativo e Judiciário não tomam providências a respeito, cabe ao povo brasileiro exercer diretamente o poder que lhe confere o parágrafo único do artigo 1º: ir para as ruas e, por exemplo, exigir um plebiscito revogatório das violações da Constituição Federal efetivadas por este Governo tais como: a destruição do meio ambiente, o desmonte das estatais estratégicas como Eletrobras e Petrobrás.

* Diretor Administrativo da AEPET

chegaram a mudar o nome dela para Petrobrax.

Parente retomou a venda de ativos, a preços aviltados e implantou o PPI, cujo objetivo principal é jogar a opinião pública contra a Petrobrás, visando a sua desnacionalização. O PPI é o programa que faz a paridade com o preço de importação de derivados. Ou seja, acompanha o preço internacional em dólar, acrescido das despesas de importação, como transporte, custo de internacionalização e outros. Assim, os brasileiros são obrigados a pagar um preço absurdo pelo diesel – que abastece o transporte de alimentos e pessoas gera uma inflação brutal no País; pelo gás de cozinha – insumo básico para preparar alimentos – e pela gasolina.

O curioso é que o petróleo deu um prejuízo, contabilizado, à Petrobras, de R\$ 6 bilhões, dos quais, mais de R\$ 4 bilhões foram recuperados. Mas Pedro Parente, que vendeu ativos como: Carcará, a malha de gasodutos NTS, Campos de Iara e Lapa, que deram prejuízos superiores a R\$ 50 bilhões à Companhia, foi altamente elogiado pela grande mídia. Segundo o assessor legislativo Paulo Cesar Lima, tudo isto com o beneplácito do TCU e do STF Michel Temer emitiu um decreto em 1/11/2018,

véspera do feriadão de finados, que permitiu vender ativos da Petrobrás sem fazer concorrência, dando respaldo às vendas que Parente já havia efetivado.

Depois emitiu a MP-795 que deu às petroleiras R\$ 40 bilhões de isenção de impostos por ano – R\$ 1 trilhão em cinco anos -, inclusive à Petrobrás, que, antes do Governo FHC, tinha 84% do seu capital em poder da União e caiu para 37%. No Governo Lula, com a cessão onerosa, a participação da União subiu para 48%. Hoje, voltou para 37%. Portanto, tem 63% do seu capital social em mãos de empresas privadas (42% de americanos).

Bolsonaro, o rei da mentira, disse que para baixar os preços dos derivados tem que privatizar a Petrobrás. Se olharmos os preços internacionais veremos que é exatamente o contrário. Vejamos o preço em dólar do litro de gasolina de algumas estatais monopolistas: Venezuela – 0,001 US\$/l; Irã – 0,06; Angola 0,268; Kuwait 0,348; Malásia – 0,49; Iraque 0,51; Catar – 0,56; Arábia Saudita – 0,62; Rússia 0,72; Brasil – 1,20... Por outro lado, os países sem monopólio como: Canadá – 1,34; Japão – 1,43; Coreia do Sul – 1,525; Espanha – 1,736; Bélgica 1,90; França – 1,91;

Alemanha – 1,949; Inglaterra – 1,966; Portugal – 2,001; Suécia – 2,068; Dinamarca – 2,148; Holanda – 2.282.

Como mostram os dados da AEPET, no link anexo o PPI é uma excrescência altamente danosa ao Povo brasileiro e à Petrobrás. A produção de petróleo no País já está no nível do consumo. Portanto, não tem o menor sentido o povo pagar o preço internacional inflado pelas despesas de importação. O PPI foi o grande responsável pela inflação acima de 10% nos últimos doze meses. Não foi para isto que o povo foi às ruas na década de 50 para participar do maior movimento cívico da história do Brasil para criar o monopólio do Petróleo e a Petrobrás para executá-lo. Estão impedindo a Companhia de cumprir a função social para a qual ela foi criada através da memorável campanha “o petróleo é nosso”.

CONCLUSÃO

O atual presidente viola diariamente a Constituição Federal, que entre outros, tem como fundamentos:

Art 1º I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre ini-

“Eu apresento a voz coletiva. É todo um povo que é agraciado”, diz Paulina Chiziane sobre Prêmio Camões

A escritora moçambicana Paulina Chiziane, que recebeu o Prêmio Camões 2021

A escritora moçambicana Paulina Chiziane conquistou a edição de 2021 do Prêmio Camões, o mais importante prêmio literário da língua portuguesa.

Além de ser a primeira mulher a publicar um romance em Moçambique, Paulina agora também é a primeira mulher africana a vencer o prêmio.

A premiação foi anunciada em primeira mão pela ministra portuguesa da Cultura, Graça Fonseca, na quarta-feira (20), e aqui, pela Biblioteca Nacional, já que o Prêmio Camões foi instituído em 1988 pelos governos português e brasileiro e, a cada ano, premia um autor que pelo conjunto de sua obra tenha contribuído de maneira significativa para o enriquecimento do patrimônio cultural da língua comum.

O júri destacou “a sua vasta produção e recepção crítica, bem como o reconhecimento acadêmico e institucional da sua obra”.

Em seus romances, a escritora aborda os problemas e a luta das mulheres e do povo moçambicano e africano, e já publicou mais de dez livros, traduzidos em vários países, entre eles, o premiado “Niketche: Uma História de Poligamia”, “O Alegre Canto da Perdiz” e “O Canto dos Escravizados”.

Paulina, que cresceu nos subúrbios de Maputo e, quando jovem, participou ativamente da luta de independência de Moçambique do domínio português, disse que quando recebeu a notícia da premiação, a verdade que sempre faz “acabou queimada”.

“Eu venho do chão. Eu venho de lugar nenhum. Um reconhecimento para alguém que vem de lugar nenhum, sem



A escritora moçambicana Paulina Chiziane, que recebeu o Prêmio Camões 2021

dúvida, é um motivo de inspiração para uma outra geração”, disse em entrevista à agência portuguesa de notícias Lusa.

“Eu apresento a voz coletiva.

É todo um povo que é agraciado por este grande prêmio”, afirmou ainda a escritora no belíssimo e imperdível vídeo.

Ver o vídeo no site